

**Contributos para uma reflexão sobre
habitação social no Brasil:
Proposta de habitação de interesse social na
Vila de Ponta Negra**

Marília de Souza Veleda

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(Mestrado Integrado)

Orientador: Prof. Doutora Ana Maria Tavares Ferreira Martins Nepomuceno
Coorientador: Prof. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato

outubro de 2023

Folha em branco

Declaração de Integridade

Eu, Marília de Souza Veleda, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 38752 de Arquitetura da Faculdade de Engenharias, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 09 / 10 / 2023

Marília de Souza Veleda

Folha em branco

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os meus familiares e amigos que me apoiaram neste percurso. Dando especial menção ao meu estimado pai Eurico Ricardo Da Silva Rosa Veleda cujo suporte tem se revelado incansável. De igual forma à minha querida mãe Liane Pessoa de Souza da Silva Rosa Veleda por não ter medido esforços em seus incentivos, que ajudaram a construir a confiança que possuo.

Folha em branco

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão a todos aqueles que participaram do meu percurso e contribuíram para a realização desta obra.

À minha família por me apoiar e se fazerem presentes apesar da distância. Em especial os meus pais que sempre presaram pela minha educação e formação, os meus sinceros agradecimentos, com amor e carinho.

Ao meu primo Yuri de Souza Duarte, que pela sua formação como também pela afinidade mútua, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do trabalho.

Aos meus amigos, Martinho Kutaya, Inês Semedo e Ghalia Albarazi que fizeram parte do meu percurso académico, que pelo companheirismo e amizade tornaram esta jornada uma experiência singular com muito entusiasmo.

A todos os professores que fizeram parte da equipa do curso de Arquitetura da Universidade da Beira Interior. As professoras e orientadoras Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepomuceno e Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato pela disponibilidade e intervenções ao trabalho.

E por último, mas essencialmente, a Deus, que fez parte de toda minha trajetória e sem ele nada disso seria possível.

Folha em branco

Resumo

A desigualdade na Vila de Ponta Negra, bem como noutras cidades, desencadeia vários outros problemas, tais como o déficit habitacional e a insalubridade nas habitações. Por outro lado, constata-se a presença de vazios urbanos bem como com a ausência de espaço público que estimule a vivência na cidade, conseqüentemente, a privação do direito à cidade.

Elabora-se uma proposta arquitetónica de habitação de interesse social na Vila de Ponta Negra (Natal, Brasil), que procura responder a problemática social e urbana. Que é fundamentada pela contextualização histórica, social relativa ao Brasil e Portugal, e um estudo urbanístico acerca do conceito de cidade.

Com esta proposta pretende-se fomentar uma visão integrada, isto é, não se restringirá apenas no edifício de habitação social, mas sim em todo um espaço envolvente que irá revitalizar uma área devoluta da Vila de Ponta Negra.

Palavras-chave

Arquitetura; Cidade; Habitar; Habitação Social; Vila de Ponta Negra; Brasil; SAAL.

Folha em branco

Abstract

Inequality in Vila de Ponta Negra, as in other cities, triggers several other problems, such as the housing deficit and unhealthy housing. On the other hand, there is the presence of urban voids as well as the absence of public space that encourages people to live in the city, and consequently the deprivation of the right to the city.

An architectural proposal is drawn up for social housing in the town of Ponta Negra (Natal, Brazil), which seeks to respond to social and urban problems. It is based on a historical and social contextualisation of Brazil and Portugal, and an urban study of the concept of the city.

The aim of this proposal is to promote an integrated vision, i.e., it will not be restricted to the social housing building, but rather to the entire surrounding area that will revitalize a vacant area in the town of Ponta Negra.

Keywords

Architecture; City; Housing; Social Housing; Vila de Ponta Negra; Brazil; SAAL.

Folha em branco

Índice

1.	Introdução.....	1
1.1	Metodologia e Estrutura.....	3
2.	Contexto histórico da habitação de interesse social no Brasil.....	4
2.1	República Velha.....	4
2.1.2	Estado novo/ Era Vargas.....	7
2.1.3	Institutos de Aposentadoria e Pensão	8
2.1.4	Fundação da Casa Popular	13
2.1.5	Ditadura Militar	14
2.1.6	Políticas Habitacionais Pós BNH	17
3.	Habitação de interesse social em Portugal.	21
3.1	As ilhas	21
3.2	Influências da Arquitetura Moderna em Portugal.....	23
3.3	Considerações ao movimento moderno	27
3.4	Implementação do Serviço de Apoio Ambulatório Local	28
3.5	Análises ao Serviço Ambulatório de Apoio Local	30
4.	Proposta de habitação de interesse social na Vila de Ponta Negra.....	38
4.1	Apontamentos sobre o conceito de cidade - Uma visão integrada do tecido urbano	38
4.2	A Vila de Ponta Negra, enquadramento	41
4.3	Memória Descritiva e Justificativa.....	45
4.4	Distribuição de Áreas em m ²	95
5.	Conclusão	97
6.	Bibliografia.....	99
7.	Apêndices	101
7.1	Peças Desenhadas	101

Folha em branco

Lista de Figuras

Figura 1: Vila Operária da Gamboa, Rio de Janeiro.	6
Figura 2: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho),	9
Figura 3: Edifício Japurá, São Paulo.	9
Figura 4: unité d’habitation, Marselha, França.	10
Figura 5: Vila do IAPI, Porto Alegre.	11
Figura 6: Vila do IAPI, Porto Alegre.	11
Figura 7: Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, Guarulhos.	15
Figura 8: Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, Guarulhos.	16
Figura 9: Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, Guarulhos.	16
Figura 10: Unidade do Programa de Arrendamento Residencial, Aracaju.	18
Figura 11: Habitações "minha casa minha vida", Recife.	19
Figura 12: Configuração do interior das ilhas, Porto.	21
Figura 13: Entrada de uma ilha na zona das Antas, Porto.	22
Figura 14: Interior da ilha de Campanhã, Porto.	23
Figura 15: Retrato da condição de vida nas ilhas	29
Figura 16: Ambiente projetado e reabilitado da habitação tipo - disposição da sala. (Autoria própria)	31
Figura 17: Ambiente projetado e reabilitado da habitação tipo - acesso ao piso superior.	31
Figura 18: Atmosfera projetada do Bairro da Bouça, Pátio comunitário - espaço verde. Fonte: (Autoria própria)	33
Figura 19: Atmosfera projetada do Bairro da Bouça, Pátio comunitário - espaço verde - não sombreado - ausência de árvores.	34
Figura 20: Bairro da Bouça, Átrio Secundário - Disposição Tardoz das Fachadas - não sombreado - Ausência de espaço verde.	35
Figura 21: Bairro da Bouça, Átrio Secundário - Disposição Tardoz das Fachadas - não sombreado - Ausência de espaço verde Vista Ala direita.	36
Figura 22: Bairro da Bouça, acesso Secundário à habitação - Presença de Escadas, Vãos no topo da fachada.	37
Figura 23: La Plata, Argentina	38
Figura 24: continente sul americano, Brasil.	41
Figura 25: Rio Grande do Norte, Natal.	42
Figura 26: Natal, Vila de Ponta Negra.	43
Figura 27: Morro do Careca, Natal-RN.	43
Figura 28: Diagrama programático	45
Figura 29: Acesso à praia transversal ao terreno	46
Figura 30: Diagrama de condicionantes climáticas	47
Figura 31: Terreno1 - Evolução da forma - Habitação	48
Figura 32: Terreno 1 - Zoneamento - Habitação	49
Figura 33: Terreno 1 - Isometria - Lógica de acabamentos.	50
Figura 34: Terreno 1 - Isometria Humanizada	51
Figura 35: Planta Piso Térreo - Zona destinadas ao comercio e serviços	52
Figura 36: Planta Piso 1 - Habitações.	53
Figura 37: Corte Transversal 1 - Habitação	54
Figura 38: Corte Transversal 2 - Conjunto Habitacional	55
Figura 39: Corte Transversal 3 - Conjunto Habitacional	56
Figura 40: Corte Longitudinal 1 - Habitação	57

Figura 41: Alçado Sul - Conjunto habitacional.....	58
Figura 42: Alçado Este - Habitação	59
Figura 43: Alçado Norte - Conjunto Habitacional	60
Figura 44: Alçado Oeste - Habitação	61
Figura 45: Atmosferas Projetadas 1 - Conjunto Habitacional.....	62
Figura 46: Atmosferas Projetadas 2 - Conjunto Habitacional.....	63
Figura 47: Atmosferas Projetadas 3 - Conjunto Habitacional.....	64
Figura 48: Atmosferas Projetadas 4 - Conjunto Habitacional.....	65
Figura 49: Atmosferas Projetadas 5 - Conjunto Habitacional.....	66
Figura 50: Atmosferas Projetadas 6 - Conjunto Habitacional.....	67
Figura 51: Atmosferas Projetadas 7 - Conjunto Habitacional.....	68
Figura 52: Terreno 2 - Evolução da forma - Anfiteatro.....	69
Figura 53: Terreno 2 - Zoneamento - Anfiteatro	70
Figura 54: Terreno 2 - Isometria - Lógica de acabamentos.....	71
Figura 55: Terreno 2 - Isometria humanizada	72
Figura 56: Planta - Anfiteatro.....	73
Figura 57: Corte Longitudinal - Anfiteatro	74
Figura 58: Corte Transversal - Anfiteatro	75
Figura 59: Corte Longitudinal 2 - Anfiteatro	76
Figura 60: Atmosferas Projetadas 1 - Anfiteatro	77
Figura 61: Atmosferas Projetadas 2 - Anfiteatro	78
Figura 62: Atmosferas Projetadas 3 - Anfiteatro	79
Figura 63: Atmosferas Projetadas 4 - Anfiteatro	80
Figura 64: Atmosferas Projetadas 5 - Anfiteatro	81
Figura 65: Atmosferas Projetadas 6 - Anfiteatro	82
Figura 66: Terreno 3 - Evolução da forma - Escadaria	83
Figura 67: Terreno 3 - Zoneamento - Escadaria	84
Figura 68: Terreno 3 - Isometria - Lógica de acabamentos	85
Figura 69: Terreno 3 - Isometria humanizada	86
Figura 70: Planta - Escadaria	87
Figura 71: Corte Transversal - Escadaria	88
Figura 72: Corte Longitudinal - Escadaria.....	89
Figura 73: Alçado - Escadaria.....	90
Figura 74: Atmosferas Projetadas 1 - Escadaria	91
Figura 75: Atmosferas Projetadas 2 - Escadaria	92
Figura 76: Atmosferas Projetadas 3 - Escadaria	93
Figura 77: Atmosferas Projetadas 4 - Escadaria	94

Folha em branco

Lista de Acrónimos

GRP	Gabinete de Relações Públicas
UBI	Universidade da Beira Interior
FCP	Fundação da Casa Popular
IAPS	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
BNH	Banco Nacional de Habitação
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
COHABS	Companhias Estaduais de Habitação
FCP	Fundação da Casa Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
BNH	Banco Nacional de Habitação
Serfhau	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
COHABS	Companhias Estaduais de Habitação
CECAP	Companhia Estadual de Casas para o Povo
PLANHAP	Plano Nacional de Habitação Popular
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local

Folha em branco

1. Introdução

A industrialização em vários países, desencadeou um aumento demográfico acelerado, implicando alterações nas formas de habitar a cidade, que polarizou-se levando a condições de vida precárias que dando ênfase ao problema da habitação. Por outro lado, refere-se que as cidades constituídas sem estratégias urbanas definidas, geram uma clara segregação social, privando parte significativa da população do direito à habitação e em espaço adequado.

Em Portugal, com a vinda da população dos meios rurais é gerado um desequilíbrio entre a demanda e a disponibilidade de habitações. No caso do Porto, as “ilhas” surgiram como resposta a este intenso crescimento de população em busca de trabalho na indústria. Apesar desta atividade ser sustentada pela proximidade oferecida aos locais de trabalho e pela dimensão da procura de quem não possuía meios económicos para optar por melhor a prevalência deste tipo de habitação desencadeou uma insalubridade insustentável para os habitantes, revelando-se um problema para a cidade. Além disso, as ilhas eram impercetíveis a partir da rua, o que concebia condição para a segregação social por meio da organização espacial, a própria denominação de “ilha” denota o carácter de isolamento.

O Brasil, entre 1920 e 1940 triplicou sua taxa de crescimento. Tendo corrido tanto pela substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre como também pelo crescimento da industrialização. Foi promovido o embelezamento paisagístico sendo implantadas as bases de um mercado imobiliário de corte capitalista. Assim, os habitantes eram excluídos desse processo e expulsos para os morros e franjas da cidade.

Como tentativa de resolução do deficit habitacional, as indústrias forneciam habitação salubres para os operários. Contudo, mesmo as vilas operárias que eram modelos de “habitação higiênica” tinham a restrição que não fossem construídas em locais nobres ou iminentemente nobres. A outra parcela da população de baixa renda, como forma de resolução, passou a ocupar terrenos vazios em subúrbios ou em encostas de morros.

É possível observar que o modo como são constituídas as cidades sem estratégia urbanas definidas, gera uma clara segregação social, privando parte significativamente da população de viver em habitações dignas e em espaço adequado.

Em Natal (bairro de Ponta Negra), por causa de sua proximidade com a praia e com o Morro do Careca, a área em questão detém um grande potencial turístico e é alvo de especulações imobiliária. Com isso os moradores locais menos favorecidos monetariamente são excluídos desse processo tendo que ir para zonas desprovidas de infraestruturas urbanas ou vivendo em habitações precárias. O espaço a intervir mostra hoje uma desconexão com o restante do tecido

urbano. Torna-se assim necessária uma intervenção que volte a dinamizar esta área, de forma a fornecer habitações dignas aos habitantes locais, como também gerar em seu contexto um ambiente urbano que venha a favorecer a convivência dessa população

A proposta de dissertação surge na relação que o aluno tem com a cidade, que habitando nela sente as suas fragilidades e necessidades. Assim sendo, tenta-se com esta dissertação colmatar algumas carências sentidas pelos habitantes.

Desta forma, procura-se, também, um posicionamento holístico da cidade que cuja definição integre o aspeto geográfico, económico, institucional, moral e cívico. Pretende-se contribuir, então, com a dissertação o incentivo da investigação sobre a habitação social no mundo e especificamente na Vila de Ponta Negra, uma vez que ainda se concretiza como um problema, e através da arquitetura propor uma intervenção que venha a dar resposta a essa temática.

1.1 Metodologia e Estrutura

Na elaboração desta dissertação será feita inicialmente um trabalho de pesquisa e recolha de conteúdos em arquivos, repositórios e bibliotecas permitindo reunir informações sobre habitação social no Brasil de modo a contextualizar o tema e compreender o motivo de sua existência. Fez-se também um estudo transversal sobre a habitação social em Portugal, bem como apontamentos acerca do espaço urbano.

Importa referir as visitas de estudo realizadas, salientando a visita ao bairro da Bouça durante a Open House 2023, tendo tido a possibilidade de acesso a uma das casas do bairro. Ao que, no momento, algumas dúvidas foram sendo dissipadas e esclarecidas pelo arquiteto responsável pela reabilitação daquele fogo. Realizaram-se visitas ao local, embora o autor seja nativo daquela região, julgou-se fundamental a sua revisitação, agora enquanto estudante de arquitetura, possibilitando uma experiência fenomenológica autêntica.

Consequentemente é elaborada uma componente de pesquisa e análise do local a intervir de modo a proceder à sua caracterização e contextualização.

O presente trabalho estrutura-se em três partes sendo que:

A primeira que corresponde ao capítulo 2 trata da contextualização histórico-social da habitação de interesse social no Brasil, apresentando-se também o papel dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, sendo as primeiras instituições públicas de interesse habitacional. Com o objetivo de centralizar a política habitacional surge a Fundação da Casa Popular. Seguidamente, analisam-se as políticas pré e pós Banco Nacional de Habitação;

A segunda parte, referente ao capítulo 3 aborda o tema da habitação interesse social em Portugal, mais especificamente no Porto, no qual é apresentado o programa de Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), analisando-se as implicações que este teve no contexto social, especificando o Bairro da Bouça enquanto caso de estudo;

A terceira parte, referente ao capítulo 4 tendo como base as pesquisas e análises mencionadas, salientando o estudo acerca conceito do espaço urbano e a contextualização socioeconómica sobre a cidade em estudo. Numa etapa final, é realizada, na Vila de Ponta Negra, uma proposta de conjunto habitacional de interesse social que venha dar resposta a problemática considerada.

2. Contexto histórico da habitação de interesse social no Brasil

O presente capítulo irá fazer uma contextualização histórica do desenvolvimento da habitação social no Brasil, desde o início da urbanização até os dias atuais.

2.1 República Velha

No decorrer da história de colonização do Brasil, o território organizou-se de forma dispersa, uma manifestação do poder, um desejo de se afirmar em um país longínquo. Assim, a urbanização brasileira cresce de modo mais expressivo no século XVIII, amadurece no século XIX e no século XX atinge as particularidades da urbanização atual. (Rossatto & Bolfe, 2014)

O índice de urbanização pouco se alterou, entre o final do período colonial e o fim do século XIX, dos anos de 1890 e 1920 o crescimento foi de cerca de 3% e apenas entre 1920 e 1940 que o Brasil triplicou sua taxa de crescimento, chegando a 31,24%. Esse crescimento urbano ocorreu tanto pela substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre como também pelo crescimento da industrialização. O urbano passa então a ter maior relevância social e econômica no Brasil, assumindo assim um caráter capitalista.

No final do século XIX, no Rio de Janeiro, é iniciado o processo de estruturação da periferia, no qual a população suburbana era quase 18% da total. Em 1910 no estado de São Paulo, existiam cerca de 50 mil operários. E a construção de habitações salubres e baratas era realizada pelas indústrias. Portanto, o Brasil se urbanizava numa intensidade e forma diferente em cada cidade.

“No final do século XIX e início do século XX, reformas urbanas foram realizadas em várias cidades brasileiras. Foi promovido o embelezamento paisagístico e executadas obras de saneamento básico para extinção das epidemias, e foram implantadas as bases de um mercado imobiliário de corte capitalista. Os habitantes excluídos desse processo eram expulsos para os morros e franjas da cidade”. (Maricato, 2001)

A elite brasileira passou a se interessar pela saúde e bem-estar da população proletária, compreendendo que as epidemias iniciadas nos aglomerados urbanos pobres se propagavam pela cidade, assim as moradias dos trabalhadores passaram a ser modificadas de acordo com ideais de higiene e economia. Portanto, no final do século XIX, foi realizada uma grande campanha de higienização e moralização. tais questões também se relacionavam com os cortiços, construções aglomeradas arrendadas à população de baixa renda. Essa tipologia se alastrou devido à carência

de habitações populares adequadas, somado com a abolição da escravatura, o rápido aumento populacional e o alto custo dos aluguéis. (Rossatto & Bolfe, 2014)

Neste contexto naturalmente era mais fácil, para a classe dominante, conviver com as vilas operárias do que com os cortiços. Apesar das vilas serem consideradas, na época modelos de “habitação higiênica” havia a restrição feita pela legislação que as vilas não fossem construídas em locais nobres ou iminentemente nobres. De forma a ficarem claras as intenções segregacionistas que almejavam mantê-las distantes dos locais de interesse da burguesia, a título de exemplo, no Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894. Restringia que elas “seriam estabelecidas fora da aglomeração urbana”. A Lei Municipal nº 413 de 1901 isentava, se construídas fora do perímetro central, os impostos nas vilas operárias. (Villaça, 1986)

Com a proclamação da República em 1889, tendo como justificativa o controle sanitário por parte dos médicos-higienistas, sucederam políticas de expulsão das classes pobres das áreas centrais da cidade. Com isso empresas de iniciativa privada investiram na construção de habitações, contudo esses investimentos não se aplicavam à população de baixa renda.

Ao longo da República Velha (1889 – 1930) A política urbana adotada almejava o embelezamento das cidades com o intuito de atrair investimentos estrangeiros na industrialização brasileira. Somado a isto o centro das cidades passou a acolher o comércio e serviços. Deste modo, o custo de morar próximo ao centro aumentou e apenas as classes mais ricas conseguiam pagar por essa localização privilegiada. Desse modo, as mudanças ocorridas mostraram a divisão do espaço urbano entre centro e periferia. Assim a população de baixa renda, como forma de resolução, passou a ocupar terrenos vazios em subúrbios ou em encostas de morros. No Rio de Janeiro, o processo de expulsão da população de baixa renda foi efetivado na década de 1920, em São Paulo esse processo se desenvolveu mais tarde, pois até as décadas de 1930 e 1940 os cortiços se mantinham “habitação problema”. (Vilaça, 2001)

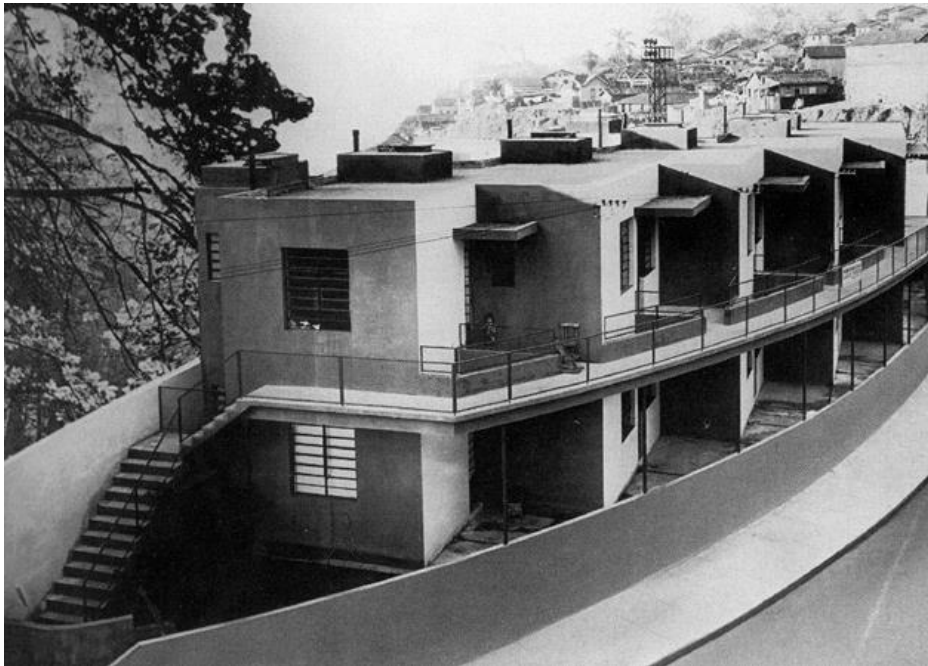
Na década de 1920, o pretexto do poder público era que a solução do problema habitacional se dispunha na construção de habitações higiênicas. Estas eram uma substituição aos casebres e cortiços, habitações tidas como o início dos problemas habitacionais. Além disso, o investimento na amplificação das redes de água e esgoto foi bastante expressivo. (Rossatto & Bolfe)

Nessa mesma altura, os princípios do Movimento Moderno começam a se difundir no Brasil e seu marco inicial foi a Semana de Arte Moderna de 1922. Na área da Arquitetura e Urbanismo, as ideias de Cidade Jardim e experimentos europeus no campo habitacional foram muito propagadas nesse período. Essa propagação tem grande relevância para entender a atuação do Estado na criação de diretrizes para a habitação de baixa renda.

Inicialmente ocorreu uma limitação na adoção da Arquitetura Moderna no campo habitacional brasileiro. Essa limitação sucedeu devido aos altos custos para obtenção de alguns materiais e a falta de mão-de-obra especializada. Contudo, as edificações construídas com conceitos

modernistas detinham grande atratividade formal e funcional, colaborando para posteriormente este estilo ser adotado por diversos órgãos públicos no país.

Os primeiros experimentos modernos no campo da habitação são casas aplicadas à classe média, no início da década de 1920. Gregori Warchavchik e Lúcio Costa, são os encarregados de um dos primeiros exemplos de residência moderna para operários no país, o conjunto de operários da Gamboa (figura 1), no Rio de Janeiro, arquitetado em 1932.



**Figura 1: Vila Operária da Gamboa, Rio de Janeiro.
Fonte (Cavalcanti, 2001)**

Também foram concebidos planos gerais para as principais cidades brasileiras, com o intuito de proporcionar cidades modernas e salubres, com grandes áreas verdes. Contudo, esses projetos não tinham a intenção de solucionar o problema habitacional. Nos ideais das elites do Estado Novo a criação de políticas sociais na área do consumo habitacional tinha sentido estratégico, pois ampliava a capacidade de trabalho e gerava paz social. (Ribeiro & Cardoso, 1996, pág. 62)

No Brasil, até a década de 1930, sua população que era em maior parte rural, iniciando assim um período de dinamismo demográfico e econômico, um processo de migração para as cidades e a parte interna do território brasileiro. Neste período, o Brasil situava-se no auge do ciclo do café paulista, porém, o processo de desenvolvimento brasileiro, foi afetado com a crise econômica mundial de 1930. Nesse período o principal tipo de habitação era a casa de aluguel. A construção habitacional estava relacionada à iniciativa privada, não havia grande participação do estado à nível habitacional e, ocorria naquele momento um surto urbano e industrial que alterou a estrutura de muitas cidades brasileiras, de forma a ser necessária a intervenção do Estado.

2.1.2 Estado novo/ Era Vargas.

Diferente do que se verifica na República Velha (1889 -1930), a demanda de construção da habitação operária parou de ser ideologia sem meios efetivos. Para que as novas propostas fossem reais, para resolver a situação, sucedeu-se um grande empenho do poder público, já que o desequilíbrio do modelo rentista era imutável e a necessidade de respostas para a questão habitacional era cada vez mais urgente. Os empresários tencionavam inserir políticas realistas, que diminuíssem o valor gasto pelos trabalhadores, de forma a possibilitar a redução do custo de mão-de-obra. (Bonduki, 2004)

No período Vargas (1930-1945), a questão passou a ser vista de outra maneira. O entendimento geral era de que a iniciativa privada não era apta de responder o problema e a intervenção do Estado se fazia necessária. Portanto, o setor rentista ficou desprezado, visto que, desde o início da República, o setor obtinha regalias fiscais e suas relações com os inquilinos não eram regimentadas.

A interferência pública no setor habitacional foi bem recebida por diversos setores sociais. Assim, criou-se a imagem de que era dever do Estado garantir condições dignas de moradia e para tal objetivo, fez-se necessário o investimento em recursos públicos e fundos sociais.

A questão habitacional obteve função essencial nos planos e práticas do Estado Novo. Passam a ser associados com o reconhecimento do trabalhador e indicação de que a política de auxílio aos brasileiros atribuía resultados concretos. Tornaram-se questões comuns a aquisição da casa própria e as possibilidades de torná-la acessível. O intuito era possibilitar a casa própria para o trabalhador de baixa renda. Ademais, a crise de moradia também alcançou a classe média e foram necessários novos recursos para os problemas habitacionais já existentes.

A intenção dos governos desenvolvimentistas era incentivar uma solução habitacional de baixo custo na periferia, atraído pelo interesse em manter um baixo custo da força de trabalho para o modelo de capitalismo que se estabeleceu no país desde 1930. Isso torna-se evidente visto que as populações de baixa renda são postas na periferia das cidades, não por reais necessidades, mas por uma condição histórica.

2.1.3 Institutos de Aposentadoria e Pensão

Os (IAPS) Institutos de Aposentadoria e Pensão. Destacam-se como primeiras instituições públicas que investiram na questão habitacional, porém sua finalidade primordial era promover benefícios previdenciários e assistência médica aos seus associados. Os Institutos tiveram grande importância para as incorporações imobiliárias, promovendo o processo de verticalização e especulação imobiliária. (Bonduki, 2004)

Os investimentos feitos na habitação mostraram-se instrumentos de capitalização isentos de interesse social. Entre 1933 e 1938 foram originados seis IAPS, que eram regimentados por leis particulares de cada IAP. Essa dispersão dificultou o estabelecimento de uma política habitacional coesa a partir dos fundos previdenciários. Em 1937, os IAPS passaram a agir na área habitacional, na qual seriam capazes de direcionar até 50% de suas reservas para o financiamento habitacional. Além do setor de habitações, os IAPS investiram também em propostas como a Companhia Siderúrgica Nacional, a construção de Brasília, etc. Ainda sobre os conjuntos habitacionais produzidos pelos IAPS:

“o nascimento da habitação como uma questão social também significou a formulação de uma nova proposta não apenas de arquitetura e urbanismo, mas também de produção, incorporando os pressupostos do movimento moderno que propunham a edificação em série, com padronização e pré-fabricação, como instrumentos para atender às grandes demandas existentes nas cidades contemporâneas, marcadas pela presença do operariado” (Bonduki, 2004)

Um exemplo dos investimentos feitos é o conjunto residencial Pedregulho projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy (figura 2), foi projetado com o intuito de abrigar funcionários públicos, localizado no bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro. Foi um destaque entre as obras realizadas pelos IAPS, entretanto, não foi uma obra isolada, o mesmo foi criado junto a vários outros projetos nas décadas de 30 e 50. O conjunto do Pedregulho conduz em sua concepção a consistência e naturalidade da Arquitetura Moderna Brasileira, de forma a manifestar a relação entre habitação social, modernização, educação popular e transformação da sociedade.



Figura 2: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), Rio de Janeiro.
Fonte: (VITRUVIUS, 2008)

O Edifício Japurá-SP, 1940 (Figura 3) arquitetado por Eduardo Knesse de Mello foi edificado em área ocupado anteriormente pelo maior conjunto de cortiços da região central de São Paulo. Esse novo edifício sobressaiu-se como um projeto modernista inovador, de habitação vertical em São Paulo, no seguimento de modernização da cidade e do país. Foram aplicados princípios da “*unité d’habitation*” de Le Corbusier como referência para a habitação vertical de caráter social.



Figura 3: Edifício Japurá, São Paulo.
Fonte: (VITRUVIUS, 2002)

A ideia de “*unité d’habitation*” apareceu na década de 1940, na restituição do segundo pós-guerra da França, quando Le Corbusier elaborava um novo sistema de alojamento em série. O intuito era a construção de edifícios com cerca de 400 habitações, e todos os serviços essenciais para os moradores, e de gerar um edifício autossuficiente. Sendo considerado, esse conjunto, fundamental para a cidade moderna, de modo a simplificar a vivência e circulação dos moradores. (figura 4) (Benevolo, 1994)



**Figura 4: unité d’habitation, Marselha, França.
Fonte: (Archdaily, 2016)**

Outro projeto concebido com os meios dos IAPS é a Vila do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) (Figura 5 e 6), com o intuito de alojar trabalhadores da indústria, foi edificada entre 1940 e 1950. A Vila do IAPI foi concebida de acordo com a lógica urbanística da cidade jardim, tornando-se pioneiro como conjunto residencial no país. O projeto tinha um

programa complexo contendo: moradias, lojas comerciais, praças e jardins, escola, entre outros serviços. Teve sua estreia no ano de 1953, pelo então presidente da República, Getúlio Vargas.



**Figura 5: Vila do IAPI, Porto Alegre.
Fonte: (Ciência e Natura, 2014)**



**Figura 6: Vila do IAPI, Porto Alegre.
Fonte: (Ciência e Natura, 2014)**

No período entre 1945-1980 ficou caracterizado por grandes mudanças de base produtiva e com fortes repercussões na urbanização. A Segunda Guerra Mundial causou uma aceleração da atividade industrial, viabilizando um maior fluxo do processo produtivo e das relações de trabalho, acrescendo assim o emprego e incentivando a migração para as cidades do Centro-Sul. (Chaffun, 1997)

Os Estados brasileiros tiveram como base, as experiências na área habitacional da europa, na criação de diretrizes legais habilitados a normatizar as questões ligadas à propriedade e relações entre inquilinos e proprietários. Com isso deveriam ser diminuídos o valor das residências populares e, as vantagens obtidas pelos rentistas, os quais eram beneficiados os proprietários que dominavam o mercado e custos das residências populares. (Bonduki, 2004)

Assim, o governo achou adequado reger a relação entre inquilino e proprietário, por meio de leis e fixação de valores, surgindo a Lei do Inquilinato. Esta lei deteve muita importância no contexto habitacional, a partir de 1942 houve um congelamento dos alugueis desestimulando deste modo a produção moradias para locação pelo setor privado, e estimulando a iniciativa da casa própria e a intervenção do governo nas habitações de interesse social.

Na década de 1940, a produção de residências habitacionais coletivas, passou a ser vista como solução de problemas habitacionais como a insalubridade, sendo crucial a ação do Estado no setor habitacional como no congelamento dos aluguéis, na produção de moradias pelas IAPS e a Fundação da Casa Popular. Além disso:

“no mesmo período consolidou-se a aceitação, pelo Estado e pela população, de alternativas habitacionais precárias, ilegais e excluídas do âmbito capitalista, como a favela e a casa própria em loteamentos clandestinos e desprovidos de infraestrutura. Este processo ocorreu numa conjuntura dinâmica de transformações políticas, urbanização, crescimento econômico, mobilização popular e redesenho urbano”. (Rossatto & Bolfe, 2014)

2.1.4 Fundação da Casa Popular

A Fundação da Casa Popular foi criada em 1946 e apresenta grande relevância pois foi o primeiro órgão federal brasileiro com o principal objetivo centralizar a política habitacional. Foi o primeiro órgão nacional com a finalidade de oferecer habitação à população em geral. Tinha o intuito de financiar casas, infraestrutura urbana, materiais de construção, pesquisas, etc. Essas finalidades de certa forma indicam um avanço na compreensão da questão econômica envolvida no problema da habitação. (Villaça, 1986)

Porém o plano da Fundação da Casa Popular (FCP) entrou em decadência pela falta de organização e de recursos orçamentais, debilitando assim sua atuação. Sendo encarada desde o início, empregada com fins políticos a FCP foi tida como um símbolo da incapacidade do governo e da predominância da fisiologia em oposição a racionalidade e do interesse público. (Bonduki, 2004)

Nessa época houve uma grande diminuição de investimentos do setor imobiliário, ocasionando o crescimento do *déficit* habitacional. No foco da crise era a inflação, que desmotivava os investimentos e gerava maior especulação nos grandes centros. A construção de novas unidades habitacionais viu-se limitada. De acordo com bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), na década de 1950, houve crescimento da população urbana brasileira e também se intensificavam os problemas de habitação, sobretudo na população de baixa renda. (Valladares, 1983)

Deste modo, instituíram-se os projetos e construções de grandes complexos habitacionais, unidades concebidas em série, seguindo os princípios da Arquitetura Moderna, com serviços e equipamentos públicos perto das moradias.

2.1.5 Ditadura Militar

Em 1964, o golpe de Estado surge como um marco, visto que a ação militar gerou condições para uma rápida integração do Brasil e um movimento de internacionalização. A economia se aprimora, seja para atender o mercado consumidor em crescimento ou para responder à demanda exterior. (Santos, 2009)

Em 1963, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana promovida pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, indica uma transformação drástica na política urbana e habitacional do país. Utilizando as propostas então elaboradas, o Governo Castelo Branco, primeiro governo pós tomada militar de 1964, criou o BNH, (Banco Nacional de Habitação), o Serfhu (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) e o SFH (Sistema Financeiro de Habitação). A proposta pretendia dispor aos trabalhadores a obtenção à casa própria, constituindo desta forma, o encargo social com a retoma do desenvolvimento. (Chaffun, 1997)

No momento em que os militares tomam o poder, o Brasil defronta muitas transformações políticas e administrativa e a questão habitacional passa a ser abordada de forma intensa e efetiva. O Sistema Financeiro de Habitação foi gerado pela Lei 4380/64 que implementa “a correção monetária e o Banco Nacional da Habitação (BNH), que se torna o órgão central regendo a habitação no País”. Nesse período os conjuntos habitacionais poderiam ser financiados através do BNH, como também por grandes indústrias. Verifica-se a criação do BNH apenas cinco meses depois do golpe de 64. (Villaça, 1986)

Em 1965, o forte crescimento demográfico e a modernização dos setores produtivos geraram um aumento do movimento migratório. Isso pelo facilitamento dos investimentos na infraestrutura, principalmente dos sistemas de transporte e comunicação. Durante esse processo de urbanização, reduziu-se consideravelmente a importância da população rural. (Chaffun, 1997)

Entre o período de 1960 e 1980, altura de implementação da política habitacional coordenada pelo BNH, a principal característica da produção habitacional era a busca da eficiência focada na produção em série em grande escala, procurando solucionar o déficit habitacional mesmo sem satisfazer as necessidades dos usuários. (Bonduki, 2004)

O BNH evidencia o espaço urbano como centro da política de desenvolvimento no país e possibilita transformações na imagem das cidades, no modo de produção e no mercado imobiliário. Assim, os investimentos na construção intensiva de casas para venda, foram favorecidos, impulsionando a construção civil e diminuindo o desemprego. (Gambim, 2007)

A criação do Banco Nacional da Habitação, foi uma reação do governo militar frente à forte crise habitacional de um país que se urbanizava rapidamente. O Banco buscava obter o apoio das

populações urbanas e gerar uma política estável de financiamento, que compusesse o setor da construção civil habitacional. Este organizava-se com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e transformou-se em uma das instituições financeiras fundamentais do país e a maior instituição mundial direcionada ao problema habitacional.

O BNH poderia ser o mobilizador capaz de superar o déficit habitacional brasileiro durante a ditadura, mas não alcançou tal objetivo. Independentemente das críticas ao BNH e ao sistema por ele estabelecido, o seu valor é indiscutível, tendo em vista que no período entre 1964 e 1986 foi o único em que o país teve, efetivamente, uma Política Nacional de Habitação. (Botega, 2007)

Ao longo da sua permanência, financiou 4,8 milhões de habitações, cerca de 25% das moradias construídas no país entre 1964 e 1986. Estas habitações financiadas se destinavam a todas as faixas de renda. Contudo apenas 20% dos financiamentos foram destinados a população de baixa renda. Além das habitações, foram também financiadas, obras de infraestrutura urbana e equipamentos sociais, ligados aos empreendimentos habitacionais.

As Companhias Estaduais de Habitação (COHABS) eram as maiores encarregadas pelo atendimento das demandas do BNH e, quando o Banco entrou em decadência, as Companhias possuíram seus financiamentos limitados pelo governo central. Assim, sucedeu-se uma diminuição da força de atuação dos estados e municípios na questão habitacional. (Botega, 2007)



Figura 7: Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, Guarulhos.
Fonte: (<https://www.nelsonkon.com.br/conjunto-habitacional-ccap/>)



Figura 8: Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, Guarulhos.
Fonte: (<https://www.nelsonkon.com.br/conjunto-habitacional-cecap/>)



Figura 9: Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, Guarulhos.
Fonte: (<https://www.nelsonkon.com.br/conjunto-habitacional-cecap/>)

O Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães em Guarulhos (Figura 7, 8 e 9), projetado em 1967, pela Companhia Estadual de Casas para o Povo (CECAP), pelos arquitetos João Batista Vilanova Artigas, Fábio Penteadó e Paulo Mendes da Rocha, é um caso de produção de habitação social custeado pelo BNH. A obra planeada em um espaço de 130 hectares, para cerca de 55 mil

habitantes e dispõe de uma infraestrutura urbana. O projeto do conjunto retomou as experiências de habitação popular que foram desenvolvidas no Brasil no período de 1930 e 1950, dispôs da atuação de arquitetos modernos e foi pensado com elementos pré-fabricados de concreto. A CECAP utilizava recursos do BNH por meio das COHABS, determinava as normas reguladoras para a produção e financiamento. Deste modo, o BNH também coordenava o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP).

Já na década de 1980, quando é concluído o período da Ditadura Militar, o Brasil abrandou seu processo de metropolização. A crise econômica foi o agente responsável da desaceleração das atividades industriais e econômicas e isso colaborou para uma desconcentração demográfica. A crise teve grande repercussão na redução da migração para as grandes cidades e gerou uma imobilidade no deslocamento da população.

Com a crise econômica mundial de 1979, o Brasil atravessou um período de altas taxas de inflação, recessão e desemprego. O SFH/BNH não suportou a essa crise, sobretudo, nos anos de 1981 e 1982. Isso trouxe uma diminuição no poder aquisitivo da classe média, público-alvo das políticas habitacionais.

No início da Nova República (1985) a posição habitacional no Brasil apresentava baixa atuação social, alto nível de incumprimento, baixa liquidez do sistema, movimentos de mutuários organizados nacionalmente e grande perspectiva de que o novo governo pudesse solucionar a crise do sistema sem a penalização dos mutuários. O primeiro ano da administração do presidente José Sarney (1985) teve o fim das mobilizações e dos movimentos regionais e nacionais de mutuários ao conferir subsídio aos mutuários. (Cardoso, 2007)

2.1.6 Políticas Habitacionais Pós BNH

Depois da extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), o Brasil estava em uma condição complicada, devido ao grande número de inadimplentes e o déficit habitacional ainda não havia sido resolvido. A questão habitacional mantinha-se sendo problema, e assim, alternativas foram concebidas para reduzir a intensidade dos problemas urbanos. Em 1988, a Constituição Federal fez obrigatório o Plano Diretor para os Municípios com mais de 20 mil habitantes. O Plano foi estabelecido como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Assim os municípios, por meio das Leis Orgânicas Municipais, passaram a ser responsáveis por gerar diretrizes de planejamento.

Desde 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, decorre-se então o resgate aos financiamentos de habitação e saneamento baseados nos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Novas referências foram estabelecidas como flexibilidade, descentralização e diversidade, pondo de lado assim programas que tinham como ideal a

construção de grandes conjuntos habitacionais. Esse governo gerou programas como o Pró-Moradia, valorizando a urbanização de áreas precárias e, em 2001 o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) gerou a produção de novas unidades para arrendamento. (figura 10)



Figura 10: Unidade do Programa de Arrendamento Residencial, Aracaju.

Fonte:

(www.aracaju.se.gov.br/noticias/21751/programa_de_arrendamento_residencial_desenvolvido_em_aracaju_e_referencia_nacional.html)

No programa habitacional as famílias iriam ser beneficiadas com meios do FGTS e precisariam receber até três salários mínimos. Os municípios e os Estados teriam maior autonomia das alternativas a serem adotadas, de acordo com as prioridades e individualidades locais. Para gerir o programa foi proposta a formação do Ministério das Cidades, no qual estariam articuladas as áreas de habitação, saneamento, transportes urbanos e política de ordenação territorial. (Chaffun, 1997)

No ano de 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, deu-se a formação do Ministério das Cidades, a política habitacional brasileira modificou seu arranjo institucional. Seu maior foco de ação é a integração dos setores excluídos do direito à cidade, visto que a habitação e o acesso aos serviços básicos são essenciais para a cidadania. A partir de 2004, vê-se um aumento dos recursos designados à produção habitacional de baixa renda. Os recursos do FGTS se ampliam assim como os recursos de origem orçamentária. (Bonduki, 2008)

No ano de 2009, houve o lançamento do programa Minha Casa (ver figura 11), do qual a intenção era produzir um milhão de habitações. Pretendia-se com o programa proporcionar o crescimento econômico do país. (figura 11) (Valença & Bonates, 2010)



**Figura 11: Habitações "minha casa minha vida", Recife.
Fonte: (Senadonoticias, 2014)**

Em 2011, no Governo de Dilma, o Programa manteve-se operando no problema habitacional brasileiro. A intenção do programa é subsidiar a aquisição da casa própria para famílias com renda até R\$ 1.600,00 e auxiliar as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até R\$ 5 mil. O programa sucede em colaboração com Estado, Município e empresas e entidades sem fins lucrativos. (Bonduki, 1997)

Observando as condições de vida no Brasil urbano confrontamos várias dificuldades, como: violência, miséria, degradação ambiental, habitações precárias, ausência de saneamento, escassez de transporte coletivo. Sendo alguns dos problemas citados causados por razões de ordem estrutural.

Em geral os programas que albergam a população de baixa renda, estão localizados nas periferias das cidades. A problemática urbana é discutida por diferentes autores que estimam a situação como difícil de se resolver. O espaço urbano brasileiro é ocupado de modo desequilibrado, no qual a especulação imobiliária predomina sobre a encargo social do solo urbano e da cidade como um todo.

Pode-se concluir que o problema habitacional brasileiro é de difícil solução, ainda não há tentativas concretas de solucionar o problema urbano, visto que são tidas como estratégias

políticas. O tema da habitação no Brasil sempre esteve dependente de políticas públicas, que não atendiam integralmente as problemáticas do déficit habitacional e da infraestrutura.

Hoje, o Estatuto da Cidade apresenta normas ligadas ao cumprimento da escassez habitacional, mas se verificam Planos Diretores que não acatam carências mínimas da moradia como o saneamento básico, a acessibilidade e mobilidade, a individualidade local, etc. Para que o problema habitacional brasileiro seja suavizado, é preciso fazer uma verificação dos modelos anteriormente implantados e, também investigar bons exemplos implementados em outros países.

Assim, podemos analisar que a moradia popular não poderia ser executada sem a mínima ligação aos moradores e espaço de vivência. Desta forma levantam-se os problemas de acesso e mobilidade e das convivências sociais. As realidades desses planos de habitação acabam por colaborar com o processo de segregação sócio espacial. Por isso na maioria das vezes estão ligados a áreas isentas de mínimas condições de vida para essas populações. Logo os problemas da moradia também se associam a outros, que dizem respeito a renda, emprego, educação, lazer, etc.

3. Habitação de interesse social em Portugal.

3.1 As ilhas

O Porto, bem como uma cidade que desenvolveu a indústria nos finais do séc. XVIII, passava por um constante crescimento de população vinda dos meios rurais, o que gerou um desequilíbrio entre a demanda e a disponibilidade de habitações. as “ilhas” (figuras 12 a 14) foram resposta ao intenso crescimento de população em busca de trabalho na indústria, enquanto habitações operárias. (Ferrão, 1997)

A construção de habitação para os operários, propriedade da classe média mercantil, realizado atrás da própria habitação gerava um grande retorno se comparado ao investimento inicial. As características do lote, estreito e comprido, tonam-se uma forte influência na configuração base para as ilhas. As ilhas eram impercetíveis a partir da rua, o que concebia condição para a segregação social por meio da organização espacial, a própria denominação de “ilha” denota o carácter de isolamento. (Teixeira, 2019)



**Figura 12: Configuração do interior das ilhas, Porto.
Fonte (Acervo Alexandre Alves Costa)**



**Figura 13: Entrada de uma ilha na zona das Antas, Porto.
Fonte (Maçaira, 2015)**

A regulamentação da Câmara apenas colocava os edifícios que faziam a frente de rua sob controlo. Mesmo com o alargamento da fiscalização depois de 1889, ela apenas abrangia os edifícios construídos até cinco metros de distância da rua justificando de forma “legal” a completa indiferença da Câmara em relação à construção de ilhas.

Esta atividade era sustentada pela proximidade oferecida aos locais de trabalho e pela dimensão da procura de quem não possuía meios económicos para optar por melhor. Caracterizadas por dimensões exíguas, uma única fachada livre e uma pequena janela, três divisões que tentavam assumir as diferentes funções de uma casa, sem abastecimento de água nem saneamento, com instalações sanitárias (latrinas construídas ao fundo da ilha) partilhadas à todos os moradores. A prevalência deste tipo de habitação desencadeou uma insalubridade insustentável para os habitantes, revelando-se um problema para a cidade. (Costa A. A., 2019)



**Figura 14: Interior da ilha de Campanhã, Porto.
Fonte: (JF Campanhã, 2018)**

3.2 Influências da Arquitetura Moderna em Portugal

Nas décadas que se seguiram a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, arquitetura desenvolveu um papel social mais ativo, com a necessidades de responder a demanda de habitações, por meio de programas de habitação social. Foi um tempo no qual a arquitetura desenvolveu um papel de exploração de ideias e mudança de paradigmas. (Costa, 2020)

No século XIX surgiram novos pensamentos e movimentos que, motivados pelo crescimento da indústria, da tecnologia, do crescimento acelerado das cidades e pela Primeira Guerra Mundial deram início ao debate sobre a sociedade industrial. Esse século trouxe uma mudança no modo e nas condições de viver. A polarização e o rápido crescimento dos centros urbanos, levaram a condições de vida precárias que deram ênfase ao problema da habitação o que antecipou a necessidade de um planeamento urbano mais inclusivo. (Silva, 1997)

Arquitetos que viviam e trabalhavam em diferentes contextos começaram a reunir-se para discutir ideias e um caminho para a arquitetura. Conforme se estabelecia o Estilo Internacional, esta postura de reformulação social foi ganhando forma. Surgiram os CIAMs, Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, e com eles o anseio de usar a arquitetura como difusor para uma mudança, de forma a melhorar a vida das pessoas, tornando-a moderna. (Mayumi, 2005)

No ano de 1933 com o CIAM IV o qual teve como tema Cidade Funcional e, chega a conclusão de que o desenvolvimento urbano da Cidade Funcional deve ser orientado pelas quatro funções: Habitação, Trabalho, Lazer e Circulação. Porém, com a Segunda Guerra Mundial muitos dos componentes do CIAM se viram obrigados a fugir para os Estados Unidos. Com o período da guerra deu-se também a suspensão completa na atividade dos CIAM. (Diniz, 1956)

Em 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial, na Europa grandes iniciativas públicas de intervenção urbanística tinham como objetivo a reconstrução de áreas assoladas. Estes novos projetos tiveram por princípio os modelos urbanísticos produzidos pelo Movimento Moderno até o momento. (Campos, 2015)

O processo de reconstrução das cidades europeias, veio retomar o debate sobre as estratégias arquitetónicas e urbanísticas decorrentes do CIAM IV – Cidade Funcional. Entre os integrantes mais jovens do CIAM crescia a noção de que o funcionalismo do Movimento Moderno e o racionalismo defendido pela Carta de Atenas não eram a resposta definitiva para os problemas que se aferiam nas cidades europeias. (Diniz, 1956)

Assim, com o aparecimento da Team X, surgem novos pensamentos a respeito da forma como a arquitetura deveria se associar com o espaço e com os seus utilizadores. Estas ideias foram exploradas adotando uma prática mais humanista. Os princípios pelo qual este grupo se orientava

não foram manifestados numa teoria nem estabeleceram um estilo, mas antes num modo de projetar, pensar e abordar os problemas, ligados ao contexto e ao ambiente próprio de cada comunidade. (Barone, 2002)

Deste modo, o grupo estabelece as bases da crítica ao Movimento Moderno, contrariando à visão funcionalista do modernismo que integra a arquitetura da área da ciência, da tecnologia e da produção. Para o Team X a hierarquia funcional da Carta de Atenas deveria ser substituída por uma arquitetura mais identitária e humanista. Estes ideais abordariam um método que incorporava o utilizador no processo de arquitetura. Esta conduta foi sendo aplicada em diferentes casos, como por exemplo, em Portugal, o Serviço de Apoio Ambulatório Local, SAAL.

A crise do Movimento Moderno trouxe para a questão arquitetónica temas que até então haviam sido desprezados. Iniciou-se a procura de uma arquitetura mais participativa, no qual o utilizador é incluindo no processo de criação, como também incentivando o processo de autogestão da cidade.

No contexto português constituíram-se algumas relações entre o que se passou a nível internacional, no exame crítico do Movimento Moderno e o que foi sendo feito na esfera nacional. A seguir ao fim da Segunda Guerra Mundial, realizou-se o Primeiro Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948. Apesar de ter sido organizado pelo governo, ao decorrer desse encontro, a nova geração de arquitetos expôs as suas ideologias frente a uma arquitetura rígida imposta pelo Estado Novo. Ao debater estes assuntos foi também reivindicado a intervenção do território em uma outra escala, à escala de cidade, de forma a não ser tratado apenas o edifício isoladamente como era de costume. (Bandeirinha, 2010)

Ao decorrer da década de cinquenta, apareceram muitos projetos com os princípios da Carta de Atenas. Foi-se adotando o Estilo Internacional no plano nacional, que instigava uma banalização da arquitetura portuguesa. Contudo, com um círculo de arquitetos mais jovens surge o desejo de uma aproximação entre a arquitetura e a história. Nesta busca de um caminho diferente e em decorrência do Congresso, sucedeu-se o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, com a finalidade de realizar um levantamento da Arquitetura tradicional portuguesa e comprovar a falsa premissa de Salazar de “uma arquitetura nacional”. (Diniz, 1956)

Com a queda de Salazar, em 1968, Marcelo Caetano assume a presidência, período conhecido como Primavera Marcelista, inicia-se o debate quanto aos interesses de carácter social. Nesse ano originou-se o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), organismo oficial encarregado pela habitação social no plano nacional. (Bandeirinha, 2018)

Em muitas cidades portuguesas, e particularmente em Lisboa e no Porto, o desenvolvimento das cidades gerava a formação de bairros clandestinos, e com a criação do FFH deixa de existir qualquer tolerância a estes espaços à margem da sociedade, atuando de modo a introduzir

infraestruturas públicas. Paralelamente, as leis eram alteradas de modo a ilegalizar o loteamento informal visando assim um futuro “mais ordenado”. (Salgueiro, 1977)

Após o fim do regime ditatorial em Portugal, a população foi-se consciencializando dos direitos obtidos com a revolução, especialmente de expressão e de igualdade, podendo agora lutar por melhores condições de trabalho e de habitação. Contudo a população que vivia em situações precárias, desperta-se e parte para manifestações. Inicialmente, sucede-se uma grande ocupação em fogos construídos, em construção, devolutos, incluindo bairros sociais acabados.

3.3 Considerações ao movimento moderno

Os fundamentos disseminados nos CIAM transformam-se em “álibis culturais para a especulação económica mais feroz e a incapacidade política mais obtusa” (Frampton, 2008)

O seu carácter normativo acabou por desviar a prática do urbanismo e da arquitetura para a repetição de modelos que tinham na obra teórica e construída de Le Corbusier os principais exemplos, tais como o modelo da “Ville Radieuse” (1935) e a famosa “Unité d’Habitation” em Marselha (1945-52), condicionando a pesquisa de novas soluções, sobretudo no que diz respeito às tipologias habitacionais. (Maçaira, 2015)

Com a conceção funcionalista da cidade concorria o discurso fortemente marcado pela exaltação do desenvolvimento tecnológico, dos novos materiais e dos elementos padronizados que permitiam construir de forma rápida e a baixo custo.

Evidente o processo de segregação social expressa-se no modo de ocupação “funcionalista” do espaço urbano e nos modelos habitacionais estandardizados. Criaram-se espaços monótonos e sem identidade que impediam o desenvolvimento do sentimento de pertença ao lugar. (Montaner, 2001)

A tipologia habitacional era restringida à “estética” do bloco em altura, esperando das pessoas “uma revisão das suas exigências em termos de uma readaptação às condições da vida social” (Frampton, 2008).

Constata-se a necessidade de “uma nova linguagem que, sem esquecer os contributos do movimento moderno, se ligue aos valores de uma tradição autêntica e, como tal, seja mais facilmente apreensível pelos destinatários” (Fernandez, 1988).

Conclui-se que, com o movimento moderno passa a existir uma estandardização no processo de construção, deixando de lado conceitos como a tradição e identidade. O betão torna o material de eleição, sendo este sintético e desprovido da relação de pertença com o lugar. A proposta modernista parece não responder integralmente as necessidades sociais que visavam uma integração urbana. (Montaner, 2001)

3.4 Implementação do Serviço de Apoio Ambulatório Local

Apenas alguns meses após a Revolução nasce o SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, a 6 de agosto de 1974, com o intuito de apoiar, por meio das câmaras municipais, as iniciativas de populações na transformação dos próprios bairros. O SAAL fundamentava que qualquer obra começa com a prévia organização social da procura, a busca inicial das populações com condições habitacionais precárias, no sentido de participarem na transformação dos próprios bairros. O que iria gerar a capacidade de autogestão dos utilizadores durante todo o processo e posteriormente. Estes tipos de ações eram essenciais para certificar que o processo de apropriação não seria interrompido após a conclusão das obras por parte dos moradores dos bairros.

Com isso, parte-se do princípio de que este tipo de operações iria gerar construções de menor escala, mais integradas na malha urbana, visto que os projetos eram criados a pensar na individualidade de cada local, conseqüentemente os bairros teriam uma melhor adaptação ao seu contexto físico e aos seus utilizadores. O SAAL tornou-se numa experiência única em Portugal, por gerar uma maior comunicação entre a equipa técnica e a população, por meio de debates, acompanhamento da obra e posteriormente com o seguimento do quotidiano nas fases iniciais dos bairros.

Assim, os arquitetos incluídos no SAAL Norte em 1975, tiveram a oportunidade de trabalhar no centro histórico. Gerando um ideal de um modelo de cidade socialmente mais liberal, no qual a população de classe monetária mais baixa também tinham direito ao centro histórico.

No Porto, com a liberdade recentemente adquirida, era cada vez mais clara a insatisfação da população que vivia em situações precárias (ver figura 15). A configuração urbana da cidade permanecia muito marcada pelas construções da época da Revolução Industrial, as chamadas “ilhas” que tinham como configuração a frente de rua destinada a burguesia e a parte interna do quarteirão ocupadas de habitações operárias. Esse tipo de habitação atendia em geral a população vinda da zona rural, e apresentava diversos problemas de salubridade, sem o mínimo de condições de habitabilidade.



Figura 15: Retrato da condição de vida nas ilhas
Fonte: (Amen, 2015)

3.5 Análises ao Serviço Ambulatório de Apoio Local

A revolução de 25 de Abril desperta a consciência, por parte da população, dos problemas habitacionais. Neste sentido, o Fundo de Fomento da Habitação organiza o corpo técnico que viria a constituir o SAAL.

O SAAL permitiu o nascimento de alguns bairros destinados a realojar os moradores das Ilhas, agrupamentos de habitações que partilhavam os espaços comuns, dentre os quais as instalações sanitárias. As condições de habitabilidade nas ilhas eram precárias.

O projeto torna-se impulsionador da luta pelo direito à cidade, visando a inclusão no usufruto da desta. Mais do que a recuperação das condições sanitárias, pretendia-se melhorar qualidade das interações entre os habitantes, operários maioritariamente, no espaço urbano.

Embora se tenha verificado uma distribuição democrática das habitações, os preços que permitiriam o direito à habitação não estavam dentro das possibilidades dos mais desfavorecidos, um caso familiar que se pode apresentar é o bairro da Bouça, que terá sido apropriado por moradores, provenientes de vários quadrantes da cidade e em boas condições financeiras.

Esse fenómeno é motivado, também, pela qualidade espacial (arquitetónica) resultante, ao que indica, as expectativas de melhoria do espaço eram baixas. A este acrescenta-se a figura do arquiteto Álvaro Siza. Atualmente, constata-se a presença relativa de estudantes e professores da Faculdade de Arquitetura do Porto enquanto moradores.

Esse programa seria uma potente alternativa aos serviços tradicionais burocráticos. Tal como foi dito, acerca do bairro da Bouça, onde o seu público-alvo (moradores das ilhas) contribuiria através da capacidade organizativa de cooperar mais ativamente no processo de conceção e construção, fomentando um maior sentimento pertença ao local e consequentemente uma melhor capacidade de autogestão futura. Discussões acerca da oferta de habitação, e a integração dos moradores nos processos de conceção e construção dos próprios bairros, eram predominantes. (Portas, 1986)



**Figura 16.: Ambiente projetado e
reabilitado da habitação tipo -
disposição da sala. (Autoria própria)**



**Figura 17: Ambiente projetado e
reabilitado da habitação tipo - acesso ao
 piso superior.
Fonte: (Boyarchuk, 2023)**

Concedia-se aos destinatários o direito de decisão sobre as soluções a adotar. Tal como se pode verificar em Carlos Maçaira:

“O processo para a promoção habitacional partia da “base da pirâmide” e não através de uma imposição “superior”. Para além de ter em conta o desejo intrínseco das pessoas, a metodologia usada distanciava-se de tudo que até aqui tinha sido feito ao conceder aos “pobres” o “direito à arquitectura”, recusando o facilitismo em adoptar um projeto-tipo com o pressuposto de que este é capaz de dar resposta às necessidades de todas as comunidades.” (Maçaira, 2015)

Adicionalmente, priorizava-se, caso não houvesse impossibilidades de natureza técnica, à manutenção das localizações originais dos bairros uma vez que este era o desejo comum dos moradores com direito a cidade preservando a história do lugar. Contrapondo-se as práticas anteriores segregacionistas. (Bandeirinha, Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, 2007)

Durando, apenas, aproximadamente dois anos, o SAAL que deveria ser patrocinado totalmente pelo estado, condiciona-se (influenciando o custo da habitação) a partir do momento em que passa a depender também dos bancos e dos promotores imobiliário. Desta forma, o SAAL que tinha como intuito principal dinamizar populações mal alojadas, não solucionou integralmente o problema da habitação, este fato não invalida o seu contributo neste desafio.

Salienta-se que o presente trabalho pretende juntar-se a este desafio, como será discriminado mais adiante. Propiciar o direito à cidade elaborando habitações favoráveis em regiões cujos moradores estejam em situações precárias. No caso da Vila de Ponta Negra a população originária era pobre. Devido a localização geográfica, zona costeira, os interesses económicos despertaram-se sobrevalorizando o custo do solo, e dando-se o afastamento da população autóctone.



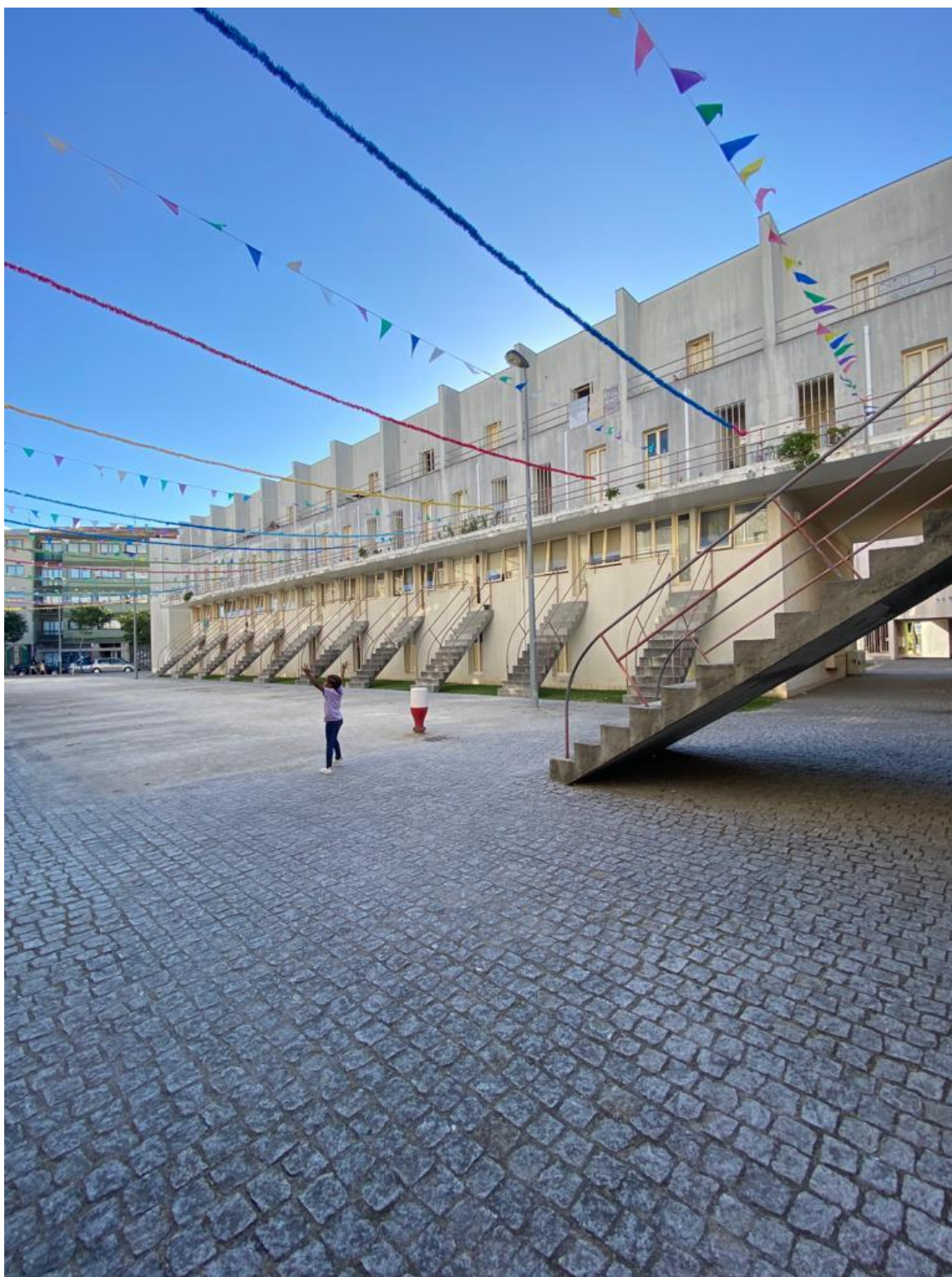
Figura 18: Atmosfera projetada do Bairro da Bouça, Pátio comunitário - espaço verde. Fonte: (Autoria própria)



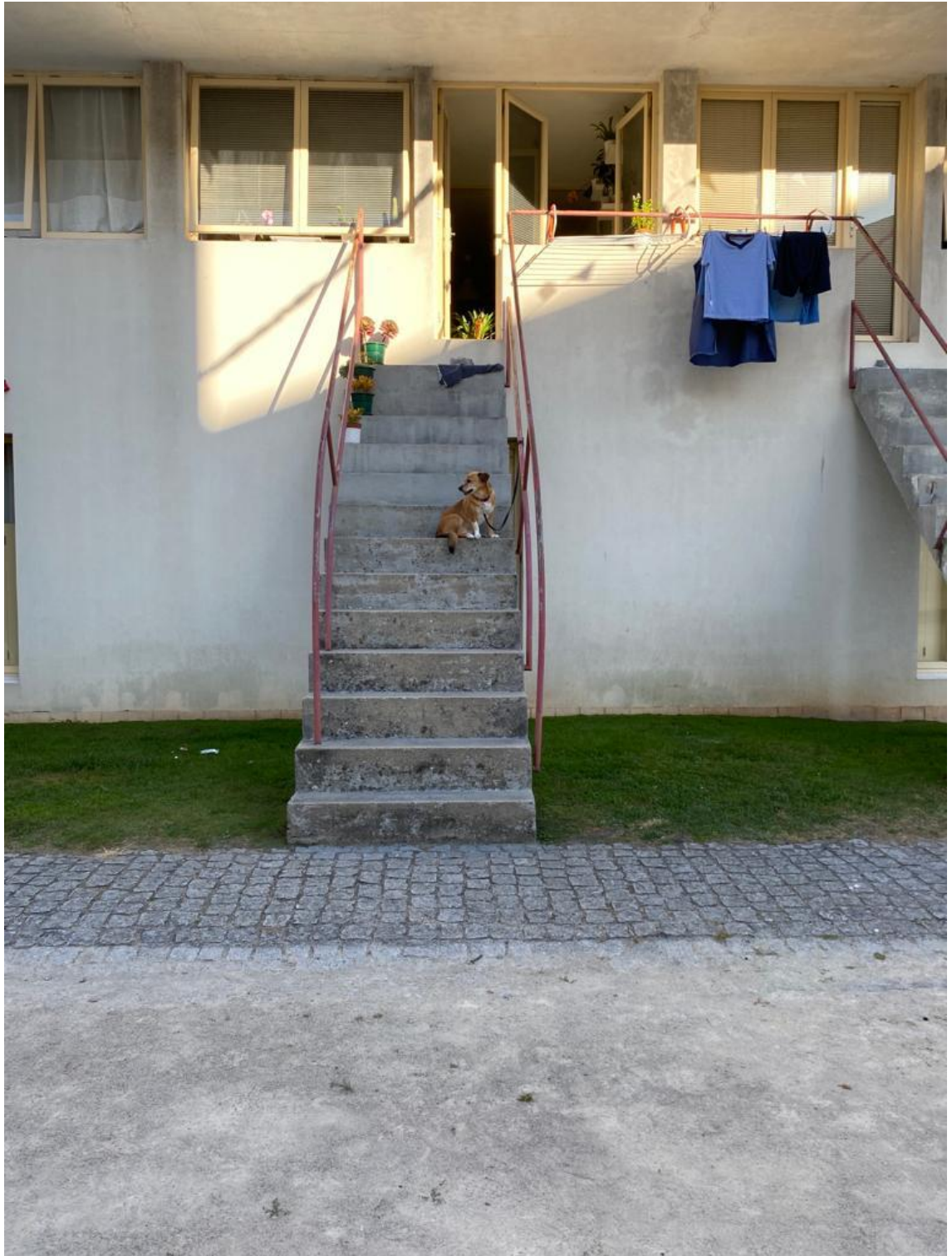
**Figura 19: Atmosfera projetada do Bairro da Bouça, Pátio comunitário - espaço verde - não sombreado - ausência de árvores.
Fonte: (Autoria própria)**



**Figura 20: Bairro da Bouça, Átrio Secundário - Disposição Tardoz das Fachadas - não sombreado - Ausência de espaço verde.
Fonte: (Autoria própria)**



**Figura 21: Bairro da Bouça, Átrio Secundário - Disposição Tardoz das Fachadas - não sombreado - Ausência de espaço verde Vista Ala direita.
Fonte (Autoria própria)**



**Figura 22: Bairro da Bouça, acesso Secundário à habitação - Presença de Escadas, Vãos no topo da fachada.
Fonte (Autoria própria)**

4. Proposta de habitação de interesse social na Vila de Ponta Negra

4.1 Apontamentos sobre o conceito de cidade - Uma visão integrada do tecido urbano

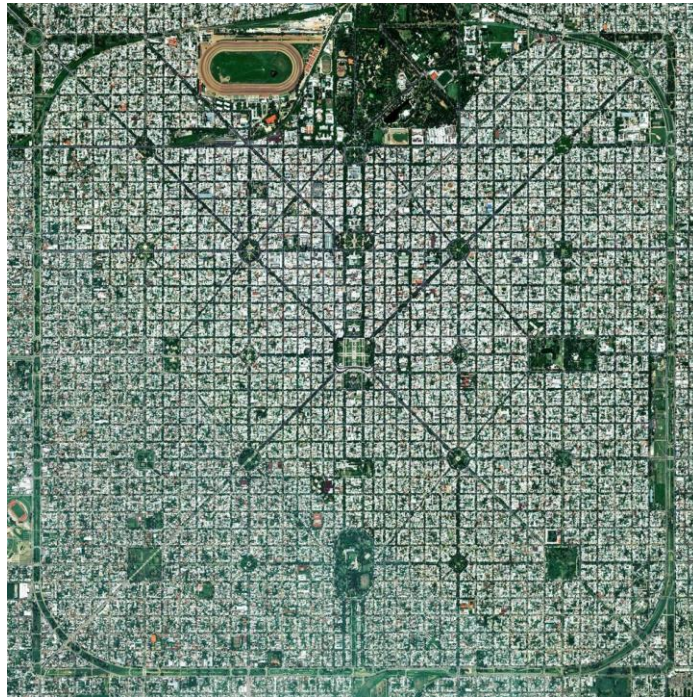


Figura 23: La Plata, Argentina
Fonte: (Archdaily, 2020)

A historiografia apresenta o termo urbano como significando a cidade e civitate como a raiz das relações sociais que originaram o senso de cidadania e o de pertencimento, este último é responsável pelo compromisso e a interação do indivíduo com o coletivo no espaço urbano. (Lacoste, 2005)

O tecido representa a estrutura ou o pano da cidade, sendo constituído pelos cheios e vazios tais como os edifícios, as infraestruturas, a rede viária, os espaços exteriores, incluindo as especificidades dos materiais construtivos.

Assim, o conceito de tecido urbano distingue-se do da cidade dada a sua dimensão material e concreta. Deste modo, conceito de cidade é amplo, tratando-se de uma realidade material e funcional.

Para Meruiot o espaço da cidade é limitado e configura um aglomerado diverso de pessoas, Wirth assegura esta concepção ao ver a cidade “enquanto um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos”. (Wirth, 1938) (Meuriot, 1897)

Cerdá apresenta uma visão distópica relativamente pessimista da cidade, ao comentar ser esta o conjunto de " " fragmentos das épocas passadas muito mal reunidas", como também sugere Correia ao definir a cidade como um “espaço fragmentado e articulado.” (Cerdá, 1867) (Corrêa, 1989)

Para Megalopolis a cidade é “uma área urbanizada com uma estrutura nebulosa.” Podendo-se ter a leitura de que a área urbanizada remeta a ideia de cidade, cidadão e civilização ou população, no qual venha a ter uma estrutura que vá responder suas necessidades, portanto nebulosa, como reforça Lefebvre que tem a leitura de cidade como "a projeção da sociedade sobre o terreno". Tal como consolida Maunier ao diferenciar o espaço físico como homogêneo e, o espaço social como heterogêneo, considerando o espaço social enquanto uma "projeção da sociedade na parte do espaço físico que ele ocupa". (Gottman, 1957) (Lefebvre, 1968) (Maunier, 1910)

Para Engels a cidade prende-se com condensação das atividades que visam as concretizações das relações humanas no contexto urbano (Marx e Engels, 1846). Este posicionamento é respaldado por Ratzel que diz, tratar-se de "um adensamento contínuo de pessoas e habitações humanas, que ocupa uma considerável área do solo e que está localizado no centro das principais linhas de tráfico". (Ratzel, 1982)

Embora apresente uma concepção medieval de cidade, Max Weber enumera alguns aspetos relevantes à contemporaneidade, como pode-se constatar: a cidade deveria “ter um caráter industrial e comercial predominante, e apresentar as seguintes características: fortificações; um mercado; um tribunal próprio; formas de associação correspondentes e autonomia pelo menos parcial.” (Weber, 1958)

O conceito abstrato e sensorial de cidade é sugestivo para o presente trabalho. Tal como é descrito por Park como tratando-se de “um estado de espírito, um conjunto de costumes e tradições, de atitudes e sentimentos organizados, inerentes à esses costumes e que são transmitidos com essas tradições” (Park, 1916). Este conceito é respaldado por autores tais como:

Este conceito é respaldado por autores tais como: Kevin Lynch ao afirmar que a cidade "existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir"; Lefebvre comentando que "o espaço urbano não o vemos, trata-se de uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de reunião, a simultaneidade; A cidade é um “sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação”, "o lugar das contradições

acumuladas" comenta Harvey; Claval trabalha a maximização da realidade interativa da cidade ao referir trata-se de "uma organização destinada a maximizar a interação social". Ao passo que Castells afasta-se da visão positiva, sendo mais realista, descreve-a como possuindo uma estrutura espacial que combina a segregação, diversidade e hierarquia. Condição que se pretende contribuir para a sua amenização através do presente trabalho. (Lynch, 1960) (Lefebvre, 1970) (Harvey, 1973) (Claval, 1981) (Castells, 1989)

A realidade abstrata da cidade é responsável pelas interações sociais, incluindo vivências, encontros, lutas, desfrutes e partilhas, justificando a forma da cidade, estudada pela morfologia. Assim, tanto as cidades espontâneas quanto as planeadas concretizam-se tendo em conta estas interações, configurando-se, enquanto consequência ou causa da cidade gerada.

Desta forma, procura-se, também, um posicionamento holístico da cidade que cuja definição integre o aspeto geográfico, económico, institucional, moral e cívico. Tal como assegura Mumford: é um "plexo geográfico, uma organização económica, um processo institucional, um teatro de ação social e um símbolo estético de unidade coletiva". Assim, arquiteto atua diretamente na dimensão concreta (o tecido urbano) e, como consequência desencadeia-se o aspeto abstrato da cidade (o espaço social). (Mumford, 1938)

4.2 A Vila de Ponta Negra, enquadramento

O local de estudo do presente trabalho fica na região Nordeste do Brasil, na capital do estado Rio Grande do Norte, cidade Natal, mais especificamente na zona sul da cidade, nos limites do bairro de Ponta Negra, a Vila de Ponta Negra. É considerada uma Área Especial de Interesse Social (AEIS).

O Rio Grande do Norte é um estado que possui uma extensão de 400km de praias, detém uma posição geográfica estratégica devido sua proximidade da Europa e da Africa e, está a se estabelecer como um polo voltado a atividade agrícola, de pesca, têxtil e turística. (IDEMA, 2001)



Figura 24: continente sul americano, Brasil.



Figura 25: Rio Grande do Norte, Natal.

O surgimento de Natal deu-se em 1599 com o erguimento da fortaleza dos Três Reis Magos, começando a desenvolver-se desde anos 20 do século XIX. Ao passo que o crescimento da atividade turística sucede em 1980 com a edificação da Via Costeira ligando as praias urbanas da região e Ponta Negra. (Virginio & Mouzallas, 2011)

Os relatos acerca de Ponta Negra remontam o ano de 1963, período em que os holandeses chegaram. A Vila aparece no contexto natalense como um povoado de pescadores que vivia essencialmente da pesca e da agricultura para se manter. No último século, passaram a se estabelecer algumas residências de uso temporário, que só eram ocupadas durante o verão. No final da década de 1970, começam a surgir os conjuntos habitacionais Ponta Negra e Alagamar, trazendo para o bairro um grupo de moradores fixos. Aos poucos, teve seu território quase que totalmente ocupado, sofrendo atualmente com a pressão imobiliária nas imediações dos limites da AEIS com condomínios verticais. (SEMURB, 2009)

No ano de 1933 oficializa-se Ponta Negra enquanto bairro. A praia de Ponta Negra tornou-se o principal impulsionador turístico. Isso deu-se aquando da elevação do Morro do Careca enquanto recurso natural composto por dunas, praia e vegetação. (SEMURB, 2009)



Figura 26: Natal, Vila de Ponta Negra.



Figura 27: Morro do Careca, Natal-RN
Fonte: (<https://www.istockphoto.com/pt/foto/morro-do-careca-dune-in-natal-brazil-gm1219114417-356480542>)

A Vila de Ponta Negra é classificada como AEIS, o que reflete na necessidade de uma valorização do território e interesses da população local. A Vila é um dos poucos lugares da cidade com a presença de diversos movimentos culturais da cultura local, tais como, a Capoeira, o Pastoril potiguar, Congo de Calçolas e o bumba-meu-boi. Mas que sofre com a limitação de sua divulgação devido a falta de espaços para a prática. O conceito de lugar é ligado ideia de pertencimento e da percepção dos que o habitam. O lugar passa a simbolizar não só seu caracter físico, mas também como identidade da população a manifestar-se de forma individual e coletiva. (Virginio & Mouzallas, 2011)

Os recursos naturais e culturais da Vila desatacam-na, embora a escassez de infraestrutura e segurança condicionem o seu desenvolvimento. Assim, consegue-se associar a segurança enquanto consequência da vivencia da cidade onde os investimentos em infraestruturas públicas vão interferir indiretamente na segurança do local. As políticas específicas para o desenvolvimento da Vila revelam-se fundamentais. Estas conjugadas ao crescimento económico catalisam a propiciação do bem-estar social. Uma vez que a noção de desenvolvimento vai além da mera multiplicação da riqueza material. (Sanchs, 2004)

No desenvolvimento da Vila, deve-se ter em conta fatores como planeamento, sustentabilidade, integração, e ação dos agentes que fazem parte da sua formação, de forma que os benefícios possam ser partilhados por todas as classes.

Natal tem como cartão de visita a Ponta Negra, sendo este um dos principais recetores de turistas no estado, é uma Área Especial de Interesse Social (AEIS). A população do bairro vê-se ameaçada devido a especulação imobiliária, a prostituição, as drogas, a violência e degradação ambiental, sendo impulsionados por investimentos relacionados a hospedagem, restaurantes, bares, casa de show, etc. (Virginio & Mouzallas, 2011)

Verifica-se que a atividade turística muitas vezes desempenha um papel contraditório, podendo dar vida ao bairro ou desestruturá-lo socialmente. Por isso, cumpre envolver mais as populações locais em programas e projetos sociais, ambientais ou culturais em territórios potencialmente turístico. Caso contrário, a semelhança de Vila de Ponta Negra, composto de pessoas desprovidas de poder aquisitivo, propiciam-se o crime, e conflitos entre o turista (detentor do poder aquisitivo) e a comunidade residente. (Bezerra, 2008)

4.3 Memória Descritiva e Justificativa

A partir dos apontamentos de conceito de cidade podemos entendê-la, considerando a diferenciação do espaço físico e espaço social, como a “projeção da sociedade sobre o terreno”, em que o urbano é invisível, um lugar de encontro e a cidade destina-se a maximizar a interação social. Tendo em conta que o arquiteto atua diretamente na dimensão concreta (o tecido urbano) que tem reflexos na dimensão abstrata da cidade (o espaço social), a construção do espaço físico deve ser pensada a partir das interações sociais e nas individualidades dos habitantes do local proporcionando o senso de pertencimento e compromisso. Com base nesse pressuposto, a proposta surge da ideia de que a habitação social mais integrada não deve ser apenas pensada na habitação isolada e sim em todo o seu contexto e envolvente, gerando vivências, ideia de pertencimento e identidade do indivíduo com o local de modo a o valorizar e apropriar.

Com esse pensamento de maximizar as interações sociais, e criar um contexto urbano integrado, o projeto é distribuído em três terrenos (figura 28) nos quais além do programa principal (habitação social) são pensados também programas que venham a complementar e compor esse ambiente mais social que o urbano sugere.



Figura 28: Diagrama programático

O primeiro terreno é destinado às habitações, são construídos dois blocos paralelos, entre eles desenha-se um átrio que sugere o convívio. O piso térreo dos blocos é destinado para a área comercial que permite essa interação direta com o átrio resultando uma zona de transição de uso público e dos moradores. Com o intuito de gerar um certo distanciamento e privacidade os Pisos 1 e 2 são destinados ao uso privado dos moradores, cada piso é composto de duas habitações, no piso 1 em um posicionamento central há uma sala de reuniões e convívio com duplo pé direito que proporciona um ambiente ameno. São escolhidos como materiais de acabamento para os blocos o betão a vista na zona comercial e o tijolo na zona habitacional, além disso são utilizados painéis metálicos com finalidade de gerar um ambiente mais controlado em privacidade e em iluminação. (Ver esquemas, desenhos e render das págs. 49-69)

Como já foi citado no presente trabalho a Vila de Ponta Negra é um dos poucos lugares na cidade de Natal onde há a presença de diversos movimentos da cultura local, apesar disso, sua divulgação é limitada pela falta de espaços apropriados. Entendendo que o conceito de lugar está ligado com a ideia de pertencimento, faz-se necessário um local que venha a reforçar esse pensamento, deixando viva a memória coletiva de identidade local. Assim, nasce a ideia de no segundo terreno alojar-se o programa de anfiteatro que possibilite a manifestação e pratica dessas atividades culturais que incentivem o convívio, de forma a manter-se viva a memória cultural e identidade ao local. Assim são trabalhadas várias plataformas, onde possibilitam a prática de atividades em simultâneo, e em um momento central é criado um recinto que é destinado a manifestação formal da atividade cultural. (Ver esquemas, desenhos e render das págs. 70-83)

Tendo em mente a realidade dual que a atividade turística pode exercer, verifica-se no bairro de Ponta Negra essa característica, na qualidade espacial e no direito a cidade, um dos pontos que reforçam essa ideia é a precariedade do acesso à praia na zona mais carente (figura 29) em contraste aos amplos acessos à praia na zona mais turística. Por isso no terceiro terreno, com o intuito de exercer o direito a cidade, propõe-se a criação de uma ampla escadaria, que venha compor esse programa, exercendo tanto seu papel de acesso, conferindo dignidade e segurança, como também uma área de apoio aos banhistas e criando ambientes que estimulam a contemplação. (Ver esquemas, desenhos e render das págs. 84-95)

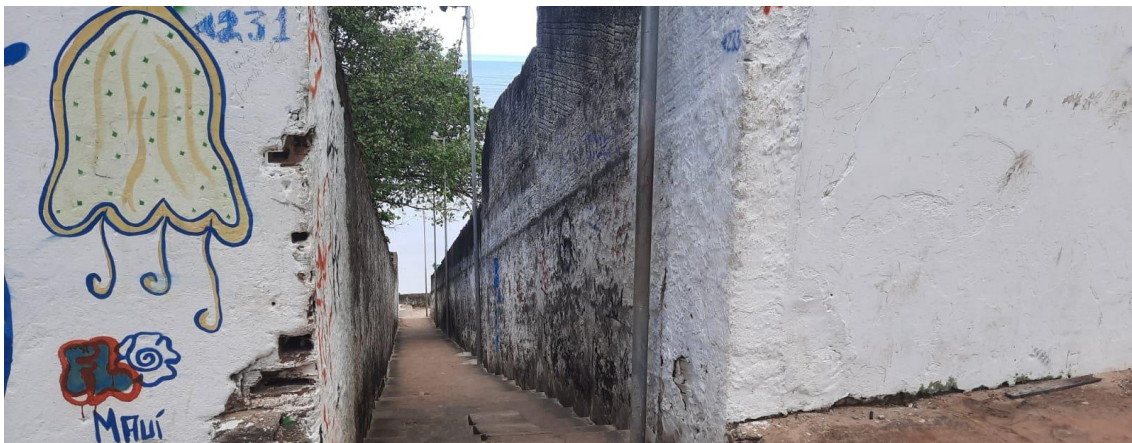


Figura 29: Acesso à praia transversal ao terreno
Fonte: (Ricardo Veleda, 2023)

Para execução do projeto, também foram levadas em consideração condicionantes climáticas (figura 30) como incidência solar e os ventos predominantes. As influências dessas condicionantes refletem-se nas escolhas do posicionamento em planta e da abertura de vãos. Essas decisões visavam proporcionar ambientes mais amenos em zonas de maior permanência como sala e quartos.

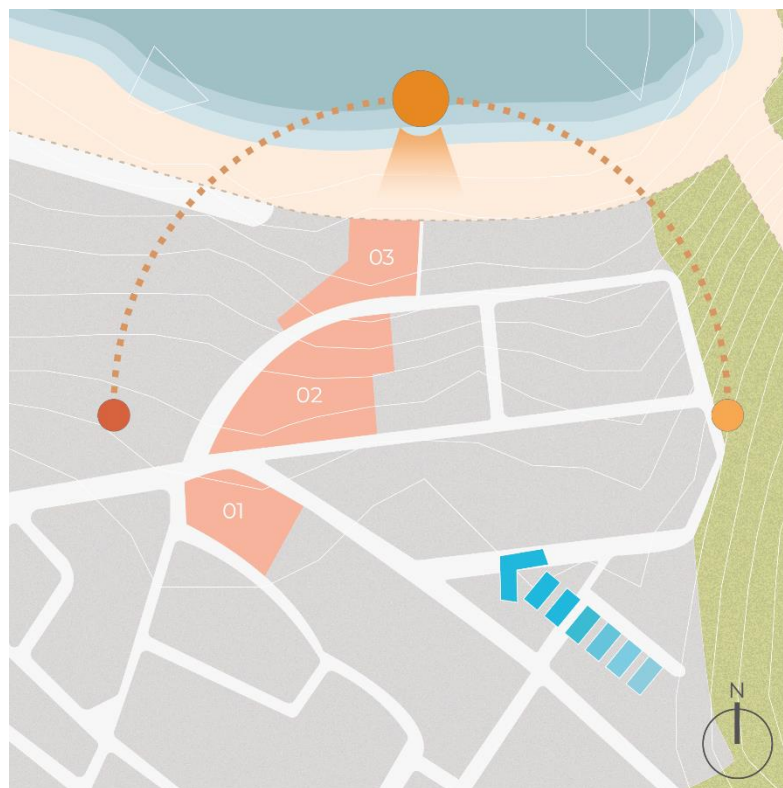
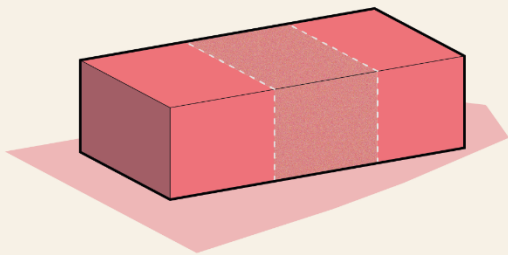
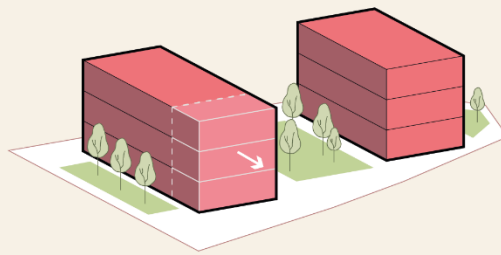


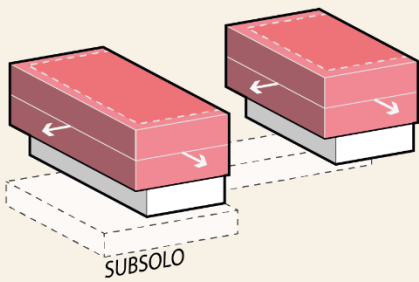
Figura 30: Diagrama de condicionantes climáticas



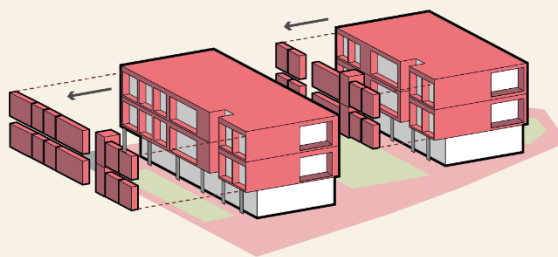
01 Divisão de volume em dois.



02 Demarcação de áreas verdes e extrusão do bloco Leste.



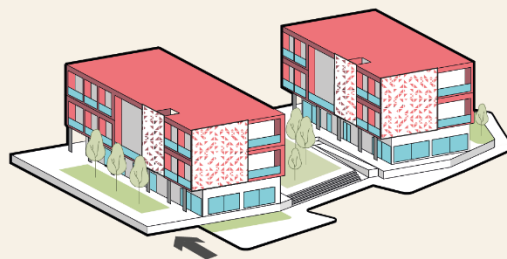
03 Criação de estacionamento no subsolo e balanços nos pavimentos superiores.



04 Remoção de volumes nas varandas.



05 Implantação de escadaria e rampas para acomodação no terreno.



06 Locação de painéis metálicos.

Figura 31: Terreno1 - Evolução da forma - Habitação

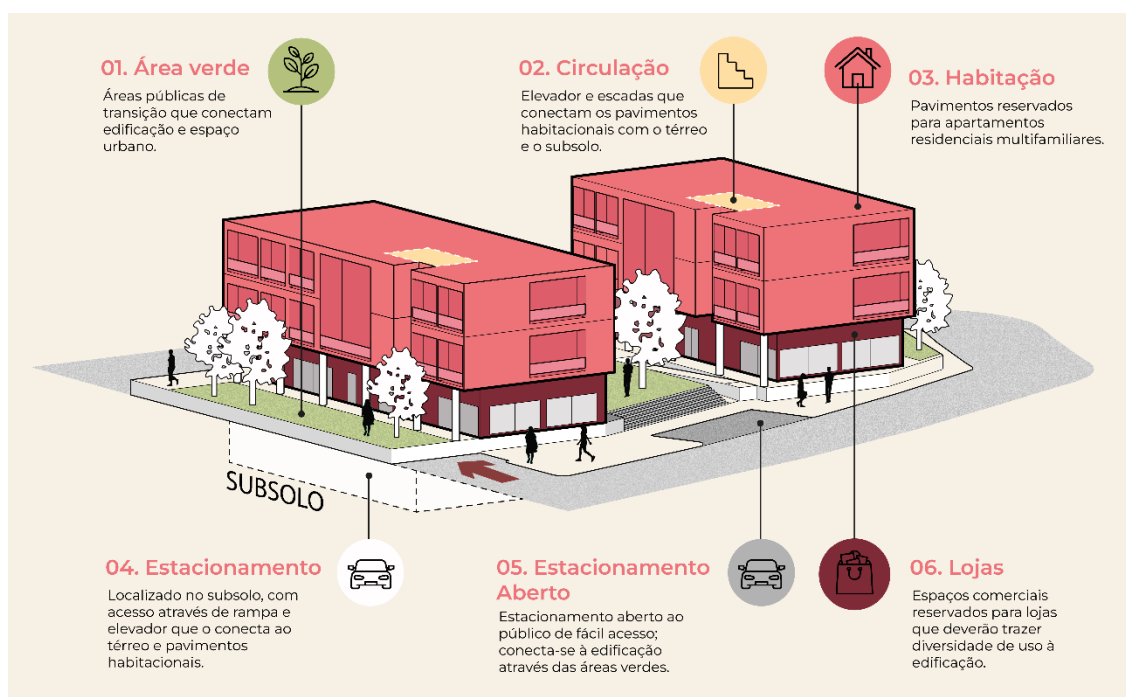


Figura 32: Terreno 1 - Zoneamento - Habitação



Figura 33: Terreno 1 - Isometria - Lógica de acabamentos



Figura 34: Terreno 1 - Isometria Humanizada



Figura 35: Planta Piso Térreo - Zona destinadas ao comercio e serviços

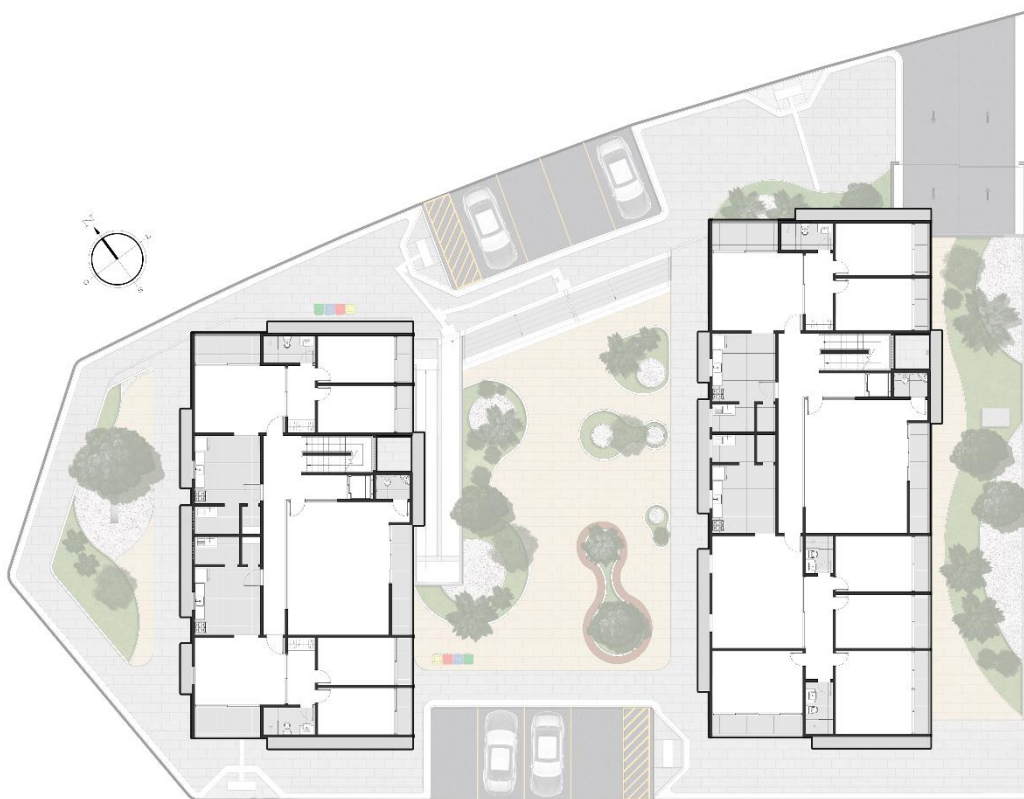


Figura 36: Planta Piso 1 - Habitações



Figura 37: Corte Transversal 1 - Habitação

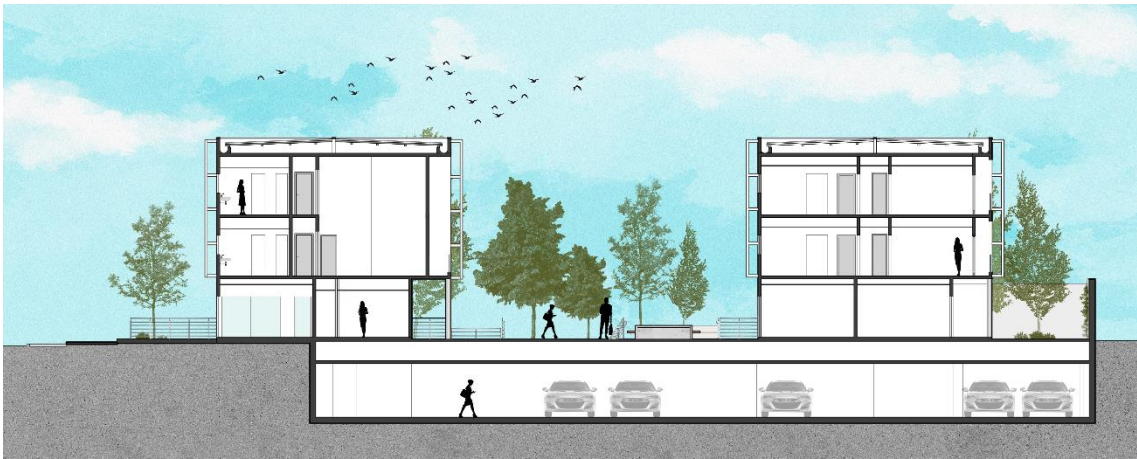


Figura 38: Corte Transversal 2 - Conjunto Habitacional



Figura 39: Corte Transversal 3 - Conjunto Habitacional



Figura 40: Corte Longitudinal 1 - Habitação

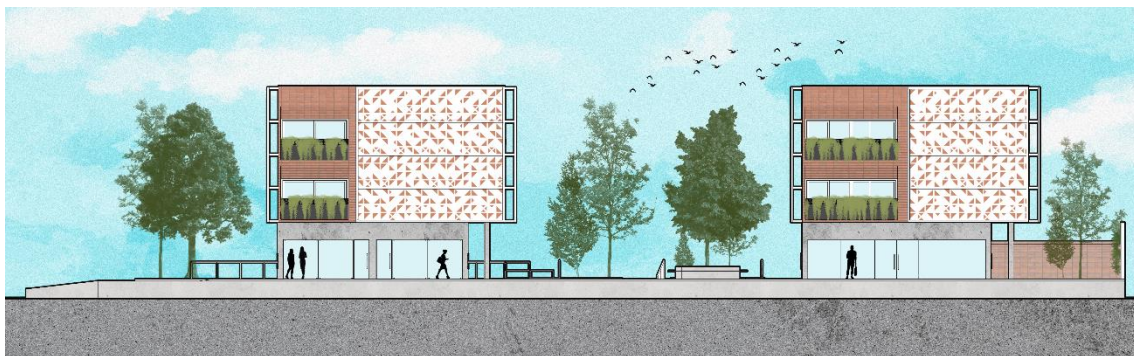


Figura 41: Alçado Sul - Conjunto habitacional



Figura 42: Alçado Este - Habitação



Figura 43: Alçado Norte - Conjunto Habitacional



Figura 44: Alçado Oeste - Habitação



Figura 45: Atmosferas Projetadas 1 - Conjunto Habitacional



Figura 46: Atmosferas Projetadas 2 - Conjunto Habitacional



Figura 47: Atmosferas Projetadas 3 - Conjunto Habitacional



Figura 48: Atmosferas Projetadas 4 - Conjunto Habitacional



Figura 49: Atmosferas Projetadas 5 - Conjunto Habitacional



Figura 50: Atmosferas Projetadas 6 - Conjunto Habitacional



Figura 51: Atmosferas Projetadas 7 - Conjunto Habitacional

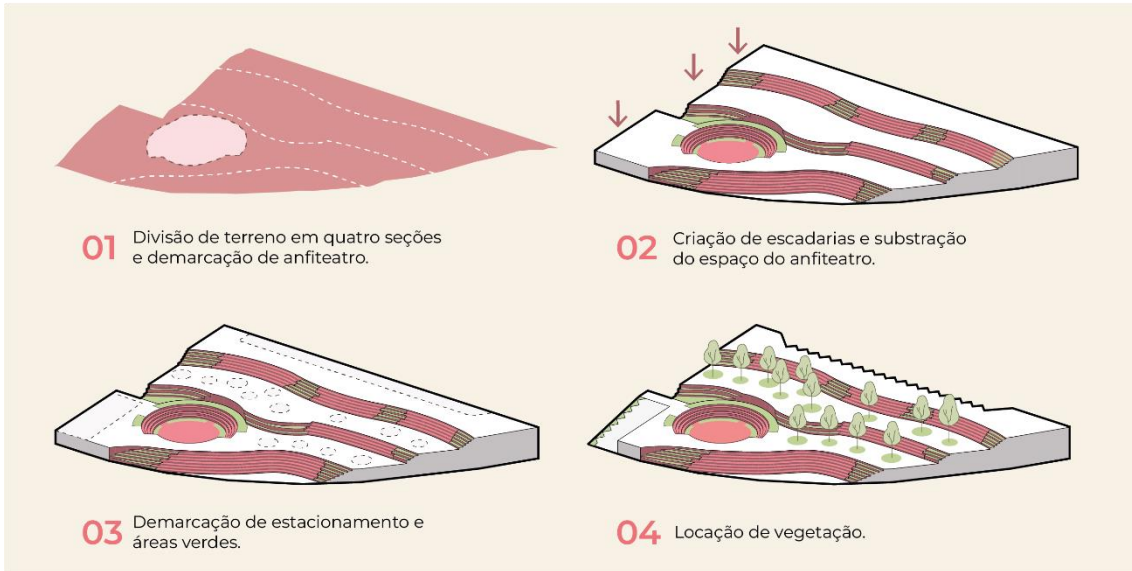


Figura 52: Terreno 2 - Evolução da forma - Anfiteatro



Figura 53: Terreno 2 - Zoneamento - Anfiteatro

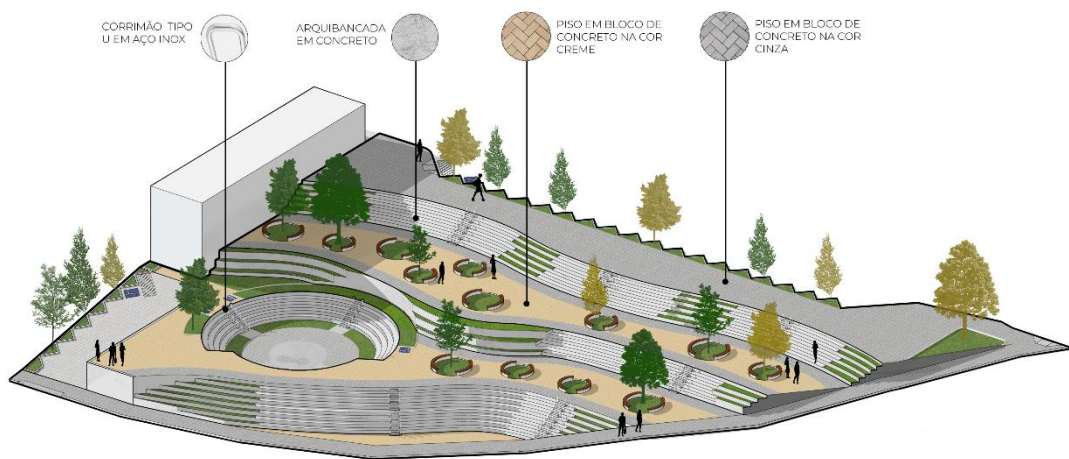


Figura 54: Terreno 2 - Isometria - Lógica de acabamentos

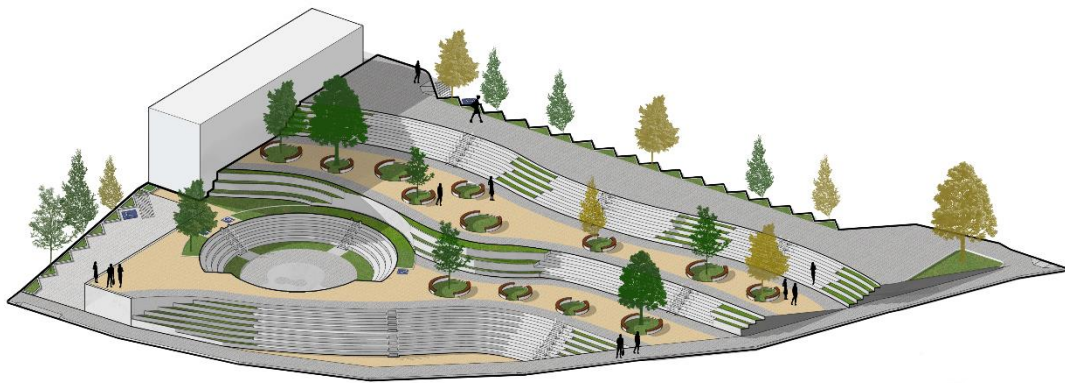


Figura 55: Terreno 2 - Isometria humanizada



Figura 56: Planta - Anfiteatro



Figura 57: Corte Longitudinal - Anfiteatro

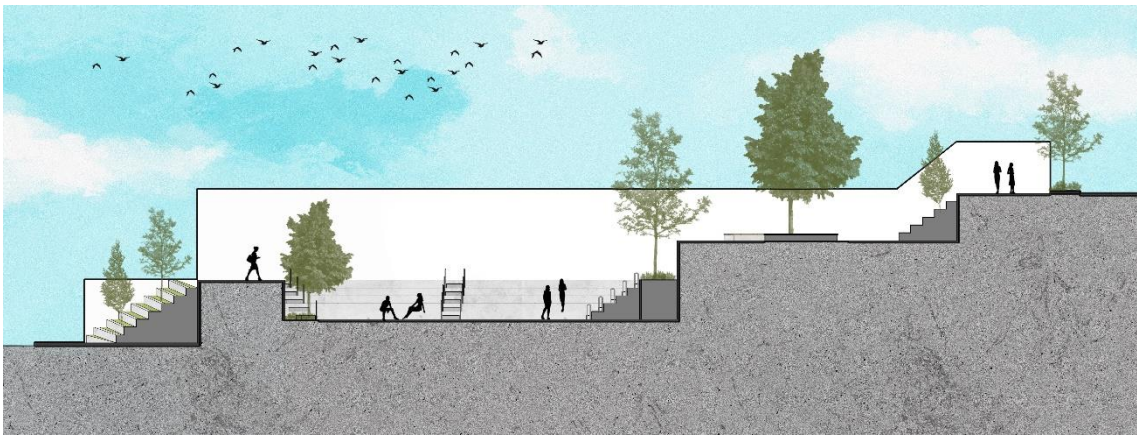


Figura 58: Corte Transversal - Anfiteatro



Figura 59: Corte Longitudinal 2 - Anfiteatro



Figura 60: Atmosferas Projetadas 1 - Anfiteatro



Figura 61: Atmosferas Projetadas 2 - Anfiteatro



Figura 62: Atmosferas Projetadas 3 - Anfiteatro



Figura 63: Atmosferas Projetadas 4 - Anfiteatro



Figura 64: Atmosferas Projetadas 5 - Anfiteatro



Figura 65: Atmosferas Projetadas 6 - Anfiteatro

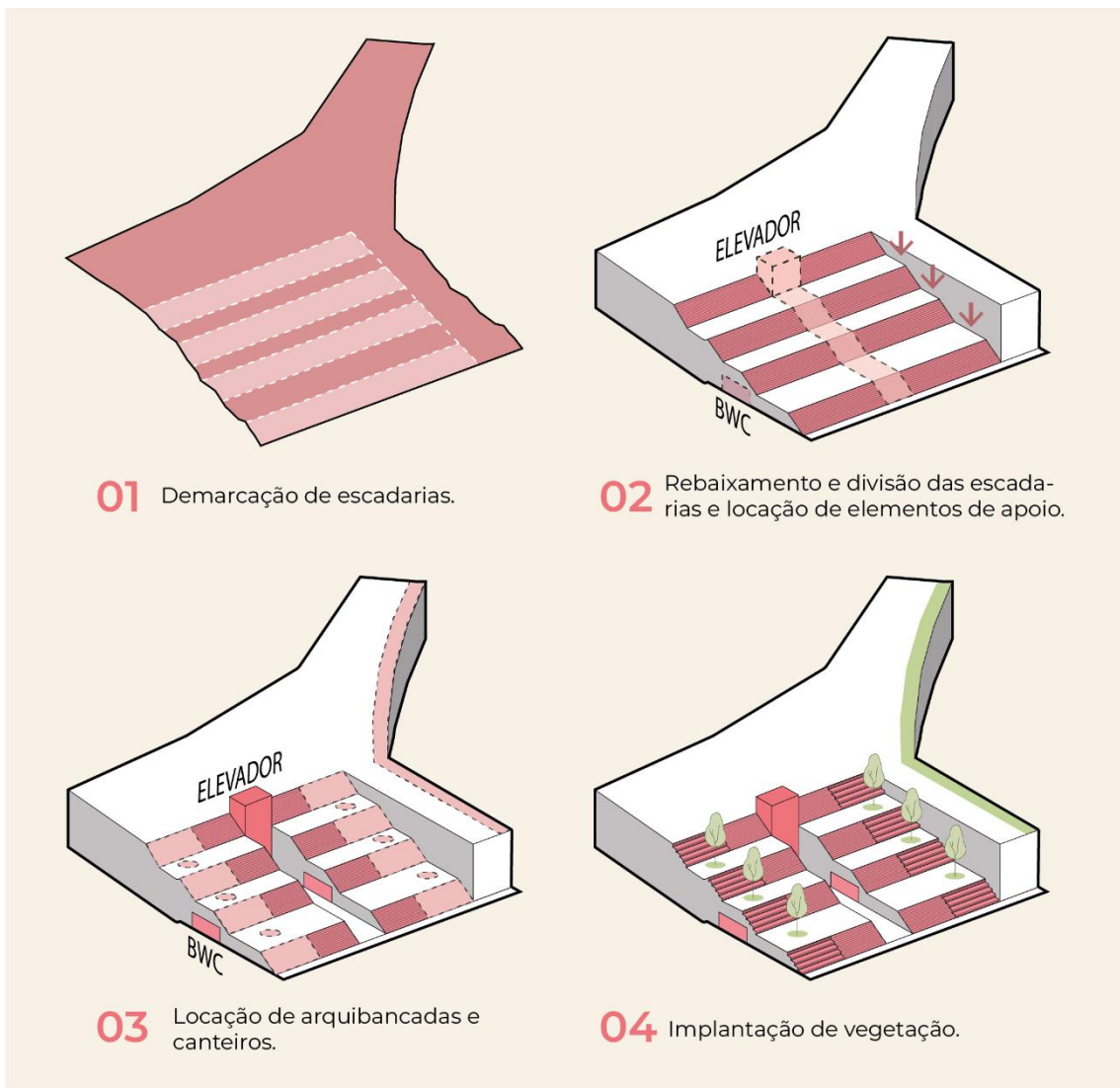


Figura 66: Terreno 3 - Evolução da forma - Escadaria

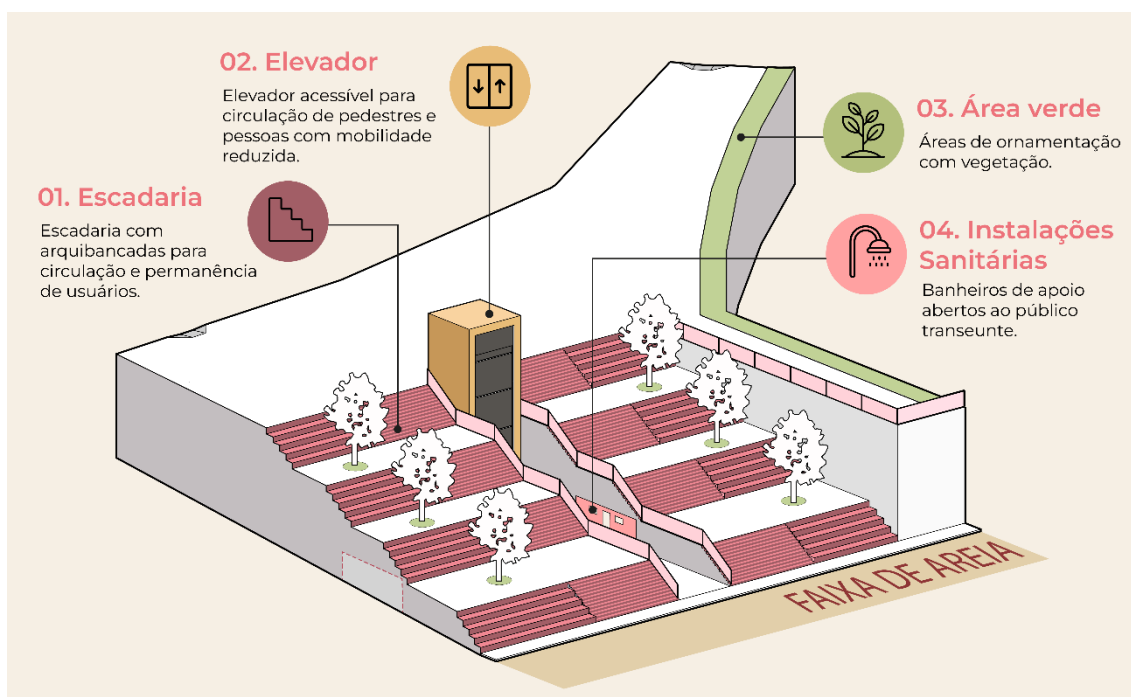


Figura 67: Terreno 3 - Zoneamento - Escadaria

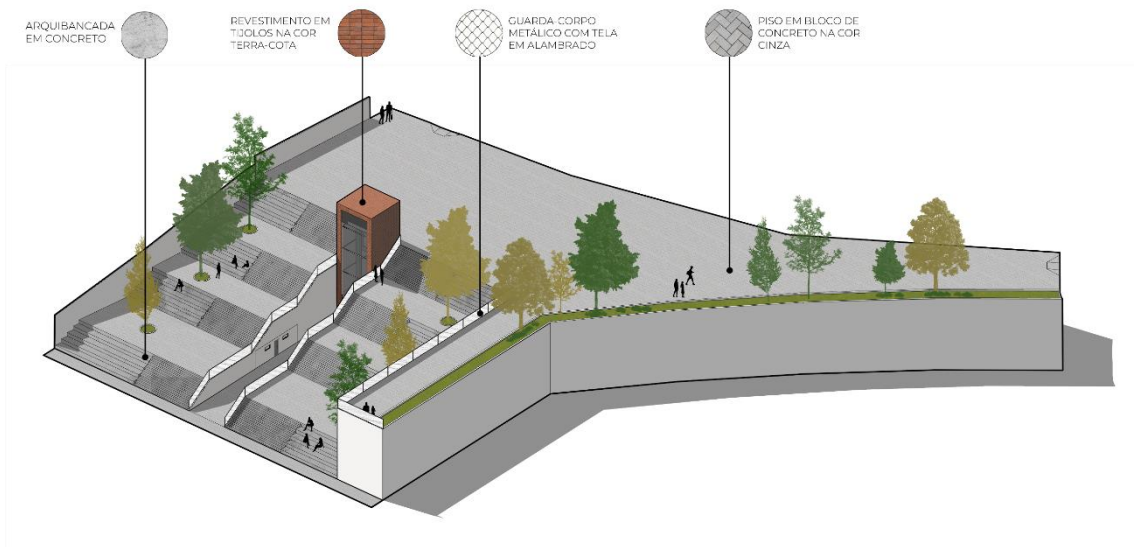


Figura 68: Terreno 3 - Isometria - Lógica de acabamentos

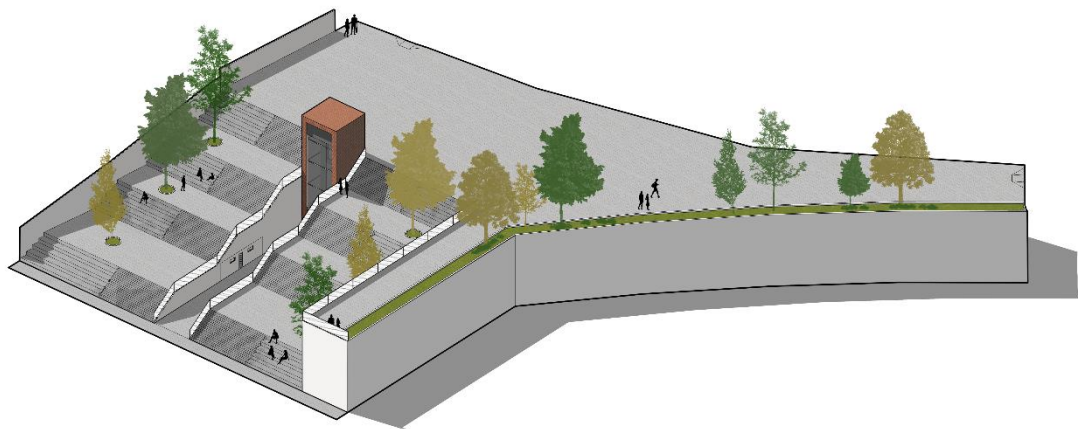


Figura 69: Terreno 3 - Isometria humanizada



Figura 70: Planta - Escadaria



Figura 71: Corte Transversal - Escadaria

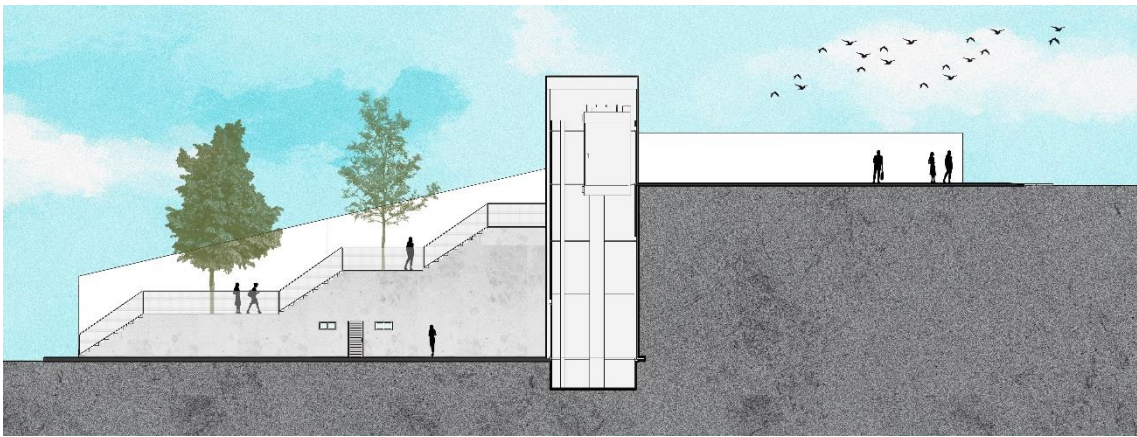


Figura 72: Corte Longitudinal - Escadaria

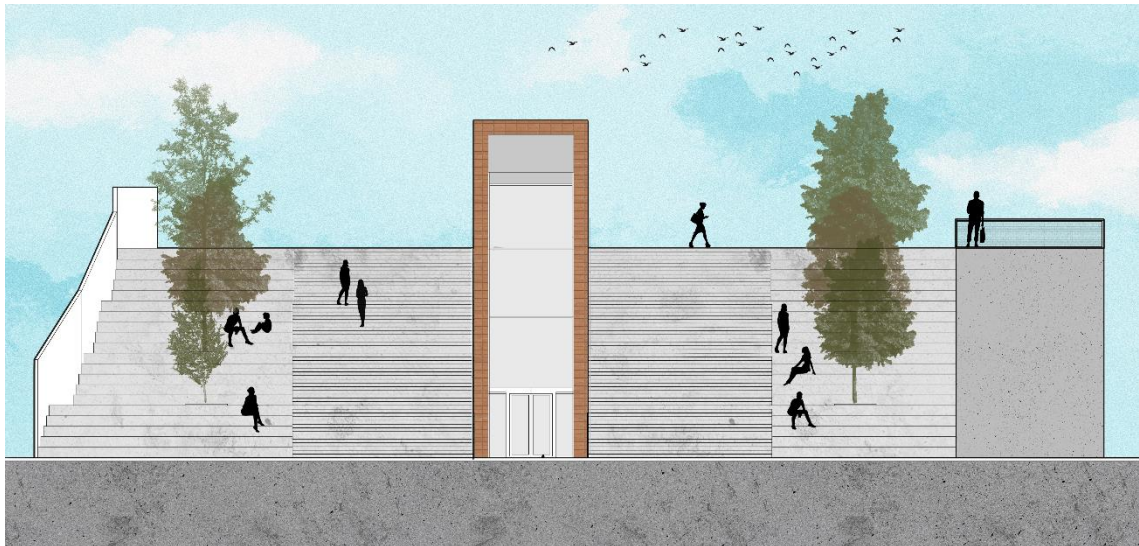


Figura 73: Alçado - Escadaria



Figura 74: Atmosferas Projetadas 1 - Escadaria



Figura 75: Atmosferas Projetadas 2 - Escadaria



Figura 76: Atmosferas Projetadas 3 - Escadaria



Figura 77: Atmosferas Projetadas 4 - Escadaria

4.4 Distribuição de Áreas em m2

Terreno 1

Bloco 1

Piso -1:

-Estacionamento: 591 m2

Piso térreo:

-Lojas: 20x6 m2

-Instalação Sanitária: 7 m2

-Copa: 15 m2

Piso 1:

Habitação 1

-Quartos: 11x2 m2

-Instalações Sanitárias: 4 m2

-Cozinha: 13 m2

-Área de Serviço: 4 m2

-Sala de estar/jantar: 18 m2

Habitação 2

-Quartos: 11x2 m2

-Instalação Sanitária: 4 m2

-Área de Serviço: 4 m2

-Cozinha: 13 m2

- Sala de estar/jantar: 18 m2

Zona Comum

-Sala de convívio e reuniões: 41 m2

-Instalação sanitária: 2 m2

Piso 2:

Habitação 1

-Quartos: 11x2 m2

-Instalações Sanitárias: 4 m2

-Cozinha: 13 m2

-Área de Serviço: 4 m2

-Sala de estar/jantar: 18 m2

Habitação 2

-Quartos: 11x2 m2

-Instalação Sanitária: 4 m2

-Área de Serviço: 4 m2

-Cozinha: 13 m2

- Sala de estar/jantar: 18 m2

Terreno 1

Bloco 2

Piso térreo:

- Lojas: 37; 23x6 m²
- Instalação Sanitária: 7 m²
- Copa: 15 m²

Piso 1:

Habitação 1

- Quartos: 12x2 m²
- Instalações Sanitárias: 4 m²
- Área de Serviço: 3 m²
- Cozinha: 13 m²
- Sala de estar/jantar: 21 m²

Habitação 2

- Quartos: 19;17;13;12 m²
- Instalações Sanitárias: 3;4 m²
- Área de Serviço: 3 m²
- Cozinha: 13 m²
- Sala de estar/jantar: 30 m²

Zona Comum

- Sala de convívio e reuniões: 41m²
- Instalação sanitária: 2 m²

Piso 2:

Habitação 1

- Quartos: 12x2 m²
- Instalações Sanitárias: 4 m²
- Área de Serviço: 3 m²
- Cozinha: 13 m²
- Sala de estar/jantar: 21 m²

Habitação 2

- Quartos: 19;17;13;12 m²
- Instalações Sanitárias: 3;4 m²
- Área de Serviço: 3 m²
- Cozinha: 13 m²
- Sala de estar/jantar: 30 m²

Terreno 2

- Anfiteatro: 4377 m²

Terreno 3

- Escadaria: 3550 m²

5. Conclusão

O Brasil (finais do século XIX) enfrentava diversos problemas a nível habitacional, devido ao fim da escravatura e a industrialização das cidades, houve uma forte migração para as grandes cidades, assim os cidadãos abandonavam suas habitações buscando melhores condições de empregabilidade. Devido a demanda habitacional originam-se inicialmente os cortiços, mas por motivos de insalubridade e péssimas condições houve um incentivo da construção de vilas operárias. Por outro lado, as políticas urbanísticas de qualificação e embelezamento da cidade provocaram a exclusão da classe baixa das zonas nobres da cidade.

As leis incidentes ao planeamento habitacional e a ocupação do espaço revelavam um caráter segregacionista. Assim, os centros passam a pertencer a classe abastada. Por conseguinte, com o surgimento das vilas operárias condiciona-se a liberdade dos habitantes.

No Porto (década de 1970), as Ilhas destacaram-se enquanto problema habitacional, derivado do êxodo rural. A semelhança do Brasil, observa-se a procura de melhores condições, os operários contratados eram em maior número dos que habitavam nas ilhas. Sendo locais insalubres, construídas no centro da cidade, e apartadas das ruas, tinham um acesso dissimulado conferindo um caráter segregacionista.

O SAAL (em 1975) surge como resposta ao problema habitacional, sanitário e social. Embora, tenha durado menos de 2 anos, baseou-se no princípio da transparência, adotando como estratégia o trabalho colaborativo, entre moradores, arquitetos, engenheiros, investidores e entidades públicas.

No caso do bairro da Bouça, verifica-se a tentativa de concretização destes pressupostos e resolução da problemática habitacional. Afirma-se que o projeto do bairro da bouça visa uma melhor integração urbana, interação social, melhores condições sanitárias e habitacionais.

Contudo, refere-se que o público-alvo que ocuparia o bairro parece ter sido alterado, dado que as condições arquitetónicas atraíram investidores e entusiastas da arquitetura, comprometendo o propósito inicial do projeto. Por outro lado, o projeto não responde as condições de acessibilidade, uma vez que os espaços comuns e privados se encontram separados em dois pisos articulados por uma escada. Adicionalmente, a disposição no piso térreo das zonas que deveriam estar mais resguardadas (os quartos), enquanto as zonas comuns são dispostas em um piso superior estando protegidas.

Relativamente a proposta de arquitetura desenvolvida no presente trabalho, afirma-se que a habitação se localiza no tecido urbanizado da vila de ponta negra conferindo-lhe um caráter integrativo, combatendo a tendência segregacionista.

Observam-se as Condicionantes impostas pelo clima sendo que a disposição das áreas uteis fazem-se atendendo a orientação solar e a direção dos ventos predominantes favorecendo as zonas de maior permanência, tais como quartos e salas. A disposição dos blocos favorece a ventilação transversal, igualmente, realiza-se a implementação de painéis que servem de filtração da luz.

Providenciam-se zonas de utilização comum, tanto no interior como no exterior do edifício. Interiormente existe uma sala destinada a convivência. Exteriormente é gerado um pátio central resultante da disposição paralela dos blocos habitacionais, fomentando a interação social que é reforçada pela presença das lojas no piso térreo.

A escolha programática do anfiteatro e escadaria derivam do estudo prévio sobre o conceito de cidade e o estudo de campo que procura identificar as necessidades locais. Com esses estudos conclui-se que para se fazer cidade é fundamental perceber o urbano enquanto parte dinâmica da cidade, privilegiando as vivências, os hábitos e costumes, de forma a proporcionar tanto o direito a cidade como o sentimento de pertencimento ao local. Consequentemente, em todos os terrenos salienta-se o aspeto social, estreitando a relação utilizador e espaço social, para que a comunidade se aproprie desse território compondo o espaço urbano.

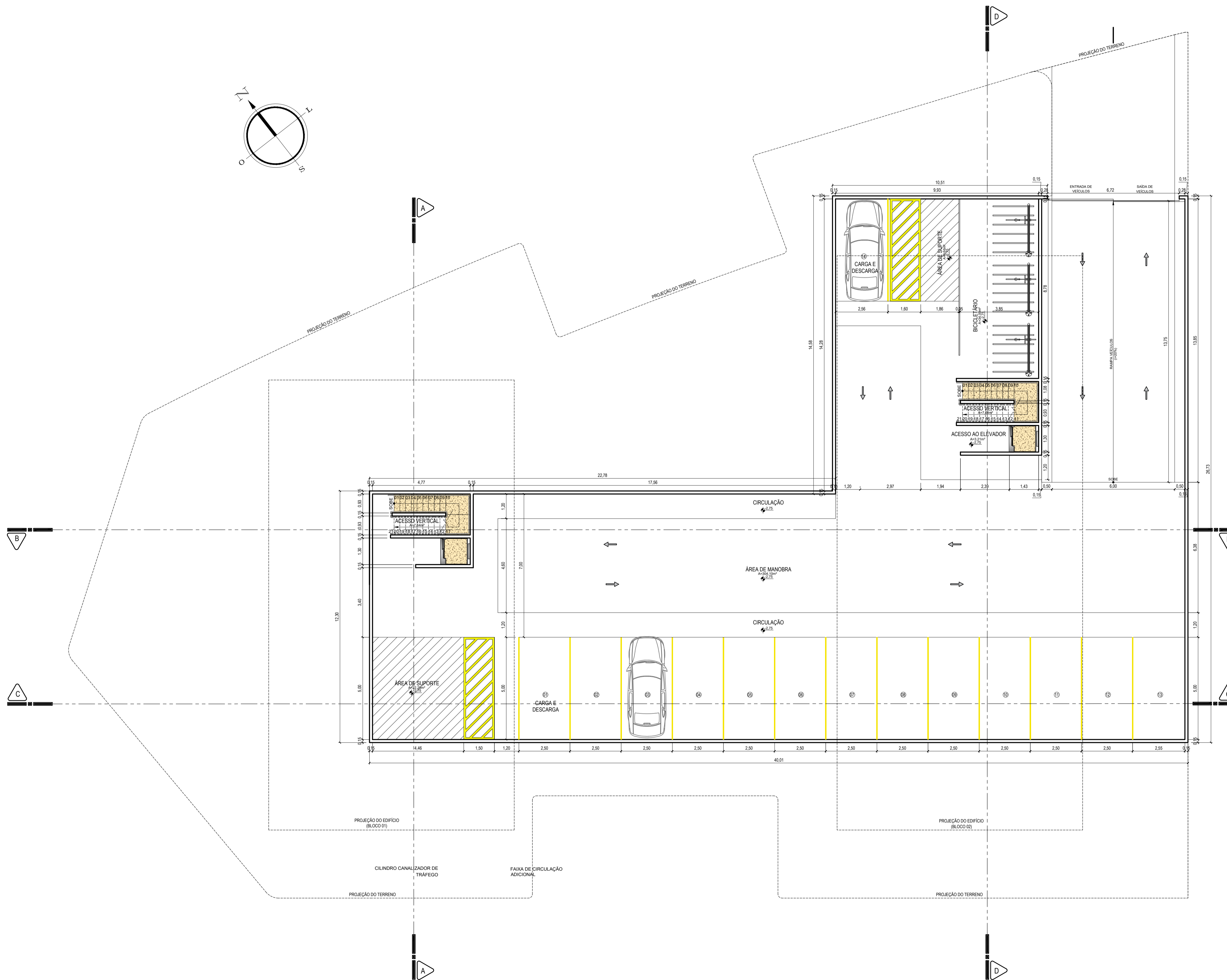
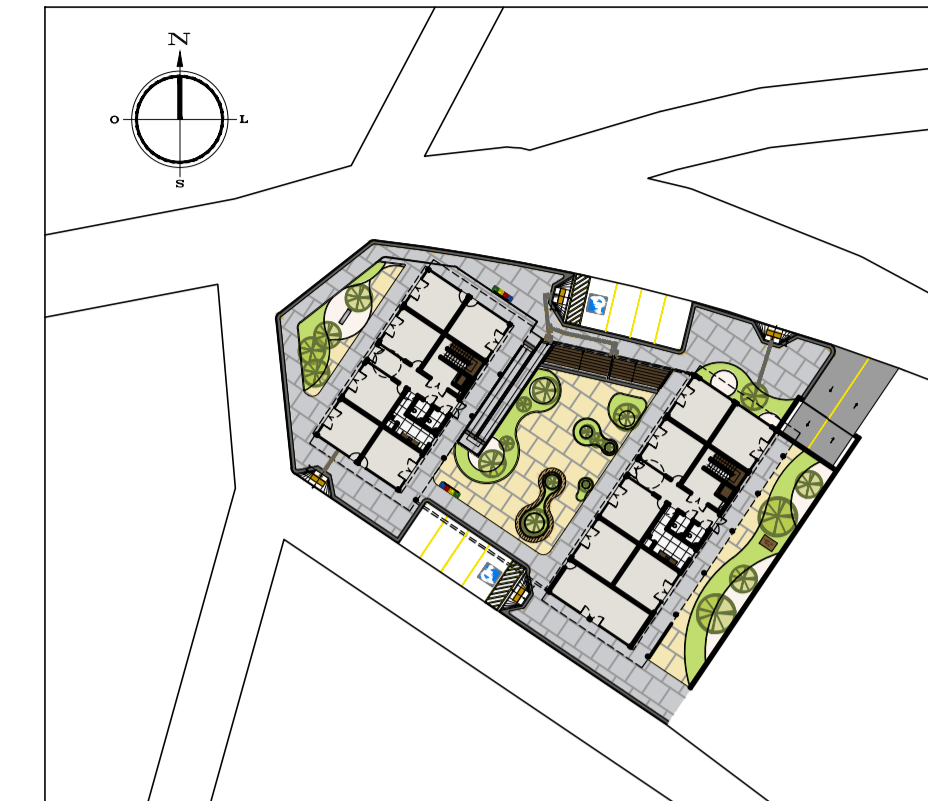
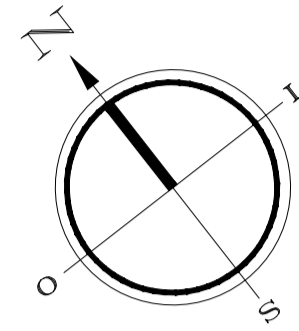
6. Bibliografia

- Bandeirinha, J. A. (janeiro-março de 2007). Anos sessenta. Verdades e consequências da crise da habitação em Portugal. *JORNAL ARQUITECTOS – PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ORDEM DOS ARQUITECTOS. PORTUGAL*, pp. 24-29.
- Bandeirinha, J. A. (2007). *Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bandeirinha, J. A. (26 de 11 de 2010). O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura. *Revista crítica de ciências sociais* 91.
- Bandeirinha, J. A. (2018). O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado. *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*.
- Barone, A. C. (2002). *Team 10: arquitetura como crítica*. Annablume.
- Benevolo, L. (1994). *História da arquitetura moderna*.
- Bonduki, N. (1997). *As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*.
- Bonduki, N. (2004). *Origens da Habitação Social no Brasil*.
- Bonduki, N. (2008). *Política habitacional e inclusão no Brasil: Revisão histórica e novas perspectivas no governo lula*.
- Botega, L. d. (2007). De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil.
- Campos, V. (2015). *O Ordenamento do território: uma perspectiva genealógica*. ICS Working Papers.
- Cardoso, A. (1997). *O Arquitecto José Marques da Silva e Arquitectura no Norte do País na Primeira Metade do Século XX*. FAUP.
- Cardoso, L. A. (2007). *Habitação Social nas Metrópolis Brasileiras*.
- Castells, M. (1989). *La Ciudad Informacional*. Madrid: Alianza.
- Cerdá, I. (1867). *La Théorie Générale De L'urbanisation*.
- Chaffun, N. (1997). *As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*.
- Claval, P. (1981). *La logique des villes. Essai d'urbanologie*. Paris: Litec.
- Corrêa, R. L. (1989). *O Espaço Urbano*. Ática.
- Costa, A. A. (2019). *A Ilha Proletária como Elemento Base do Tecido Urbano*.
- Costa, F. S. (2020). *Arquitetura doméstica Complexos de Habitação Coletiva Um olhar sobre os edifícios de habitação coletiva de Álvaro Siza Vieira - em Portugal e na Europa*. Universidade do Minho.
- Diniz, A. M. (1956). *O Urbanismo Modernista em São Luís*.
- Fernades, E. J. (2011). *A escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de escola*. Universidade do Minho .
- Fernandez, S. (1988). *Percurso, arquitectura portuguesa, 1930-1974*. Porto: FAUP.
- Ferrão, B. J. (1997). *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758-1813 Uma Contribuição Para o Estudo da Cidade Pombalina*. FAUP.
- Frampton, K. (2008). *História Crítica da Arquitetura Moderna*. Martins Fontes.
- Gambim, P. S. (2007). *A influência de atributos espaciais na interação entre grupos heterogêneos em ambientes residenciais*.
- Gottman, J. (1957). *Urbanization of the Northeastern Seaborn*. Em *Urban Geography*, Univ. of Chicago Press. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- Gros, M. c. (1982). *O alojamento social sob o facismo*. Porto edições afrontamento.
- Harvey, D. (1973). *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec.

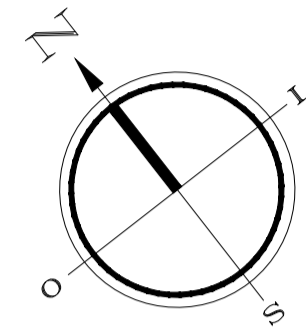
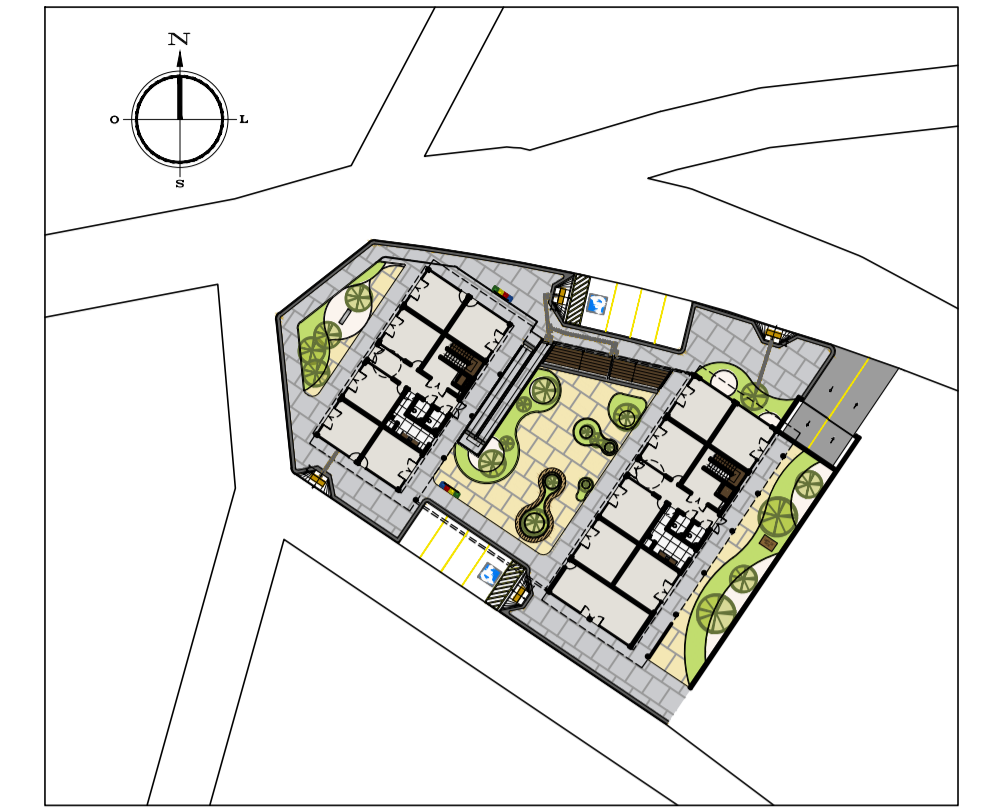
- Jacobetty, M. (1948). *Estudo de casas de renda económica: comunicação*.
- Lacoste, Y. (2005). *Dicionário de Geografia Da Geopolítica às Paisagens*. Teorema.
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (1970). *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard.
- Lefebvre, H. (Paris). *La révolution urbaine*. 1970: Gallimard.
- Lynch, K. (1960). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Eds. 70.
- Maçaira, C. M. (2015). *Processo SAAL - O contributo para a concepção arquitectónica da habitação social*. Universidade do Minho.
- Maricato, E. (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Brasil: editora vozes.
- Maunier, R. (1910). *L'origine et le fonction économique des villes*. Paris: L'Harmattan.
- Mayumi, L. (2005). A cidade antiga nos CIAM, 1950-59 .
- Meuriot, P. (1897). *As aglomerações urbanas na Europa contemporânea*.
- Montaner, J. M. (2001). *Depois do Movimento Moderno Arquitetura da segunda metade do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Mumford, L. (1938). *La Cultura de las Ciudades*. Buenos Aires: Emecé.
- Oliveira, P., & Marcone, F. (1978). *Política e Projeto. Uma experiência de base em Portugal*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Park, R. E. (1916). The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. Em R. E. Park, & E. Burgess, *The City Chicago* (pp. 1-46). Chicago: University of Chicago Press.
- Portas, N. (fevereiro de 1986). O processo saal entre o estado e o poder local. *Revista crítica da ciências sociais*.
- Portas, N. (2004). *A Habitação Social - Proposta Para a Metodologia da Sua Arquitectura*. FAUP.
- Portas, N. (2005). *Os Tempos das Formas, a Cidade Feita e Refeita*. Universidade do Minho.
- Ratzel, F. (1982). *Anthropogeographie*. Stuttgart: Engelhorn.
- Ribeiro, L. C., & Cardoso, A. (1996). *Da cidade à nação - gênese e evolução di urbanismo no Brasil*.
- Rossatto, G., & Bolfe, S. a. (2014). O desenvolvimento da habitação social no Brasil. *Ciência e natureza*.
- SAAL Conselho Nacional. (1976). *Livro branco do SAAL 1974-1976*. Porto: Conselho Nacional do SAAL.
- Salgueiro, T. B. (1977). *Bairros clandestinos na periferia de Lisboa*. Finisterra.
- Santos, M. (2009). *A Urbanização Brasileira*.
- Silva, Á. F. (1997). A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940). *Análise Social* .
- Távora, F. (1947). *O problema da casa portuguesa*. Lisboa.
- Teixeira, M. C. (1992). *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura.
- Teixeira, M. C. (2019). *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As Ilhas do Porto*. Edições Afrontamento.
- Valença, M., & Bonates, M. (2010). the trajectory of social housing policy in Brazil: from the national housing bank to the ministry of cities.
- Valladares, L. d. (1983). *Repensando a habitação no Brasil*.
- Vilaça, F. (2001). *Espaço intra-urbano no Brasil*. Studio Nobel.
- Villaça, F. (1986). *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação* . Global Editora.
- Weber, M. (1958). *The City (1921)*. New York: The Free Press.
- Wirth, L. (1938). Le phénomène urbain comme mode de vie. Em J. Grafmeyer, *L'Ecole de Chicago* (pp. 255-280). Paris: Aubier.

7. Apêndices

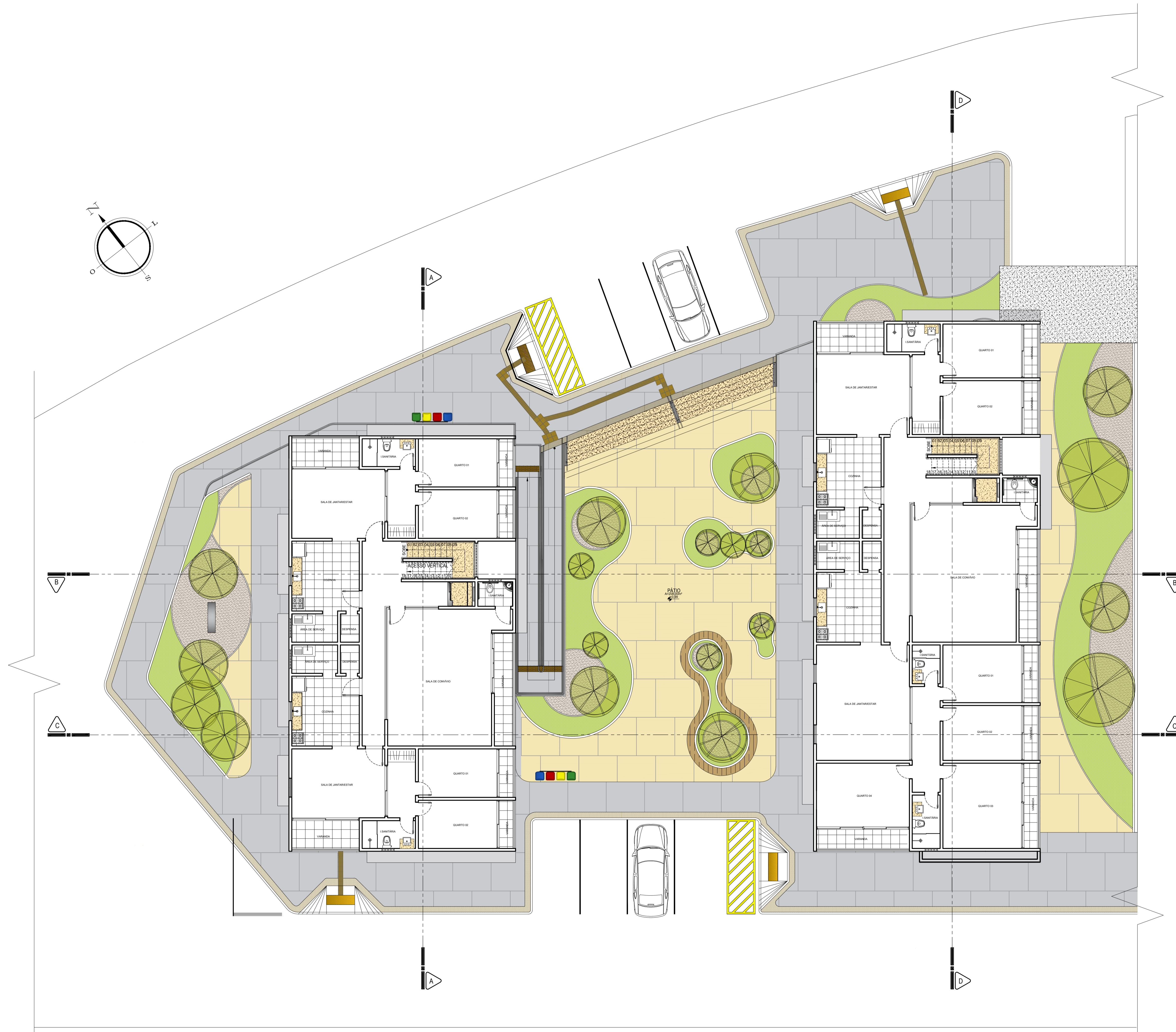
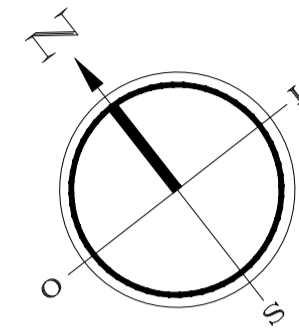
7.1 Peças Desenhadas



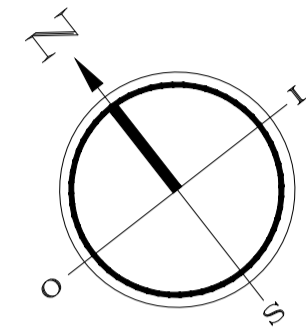
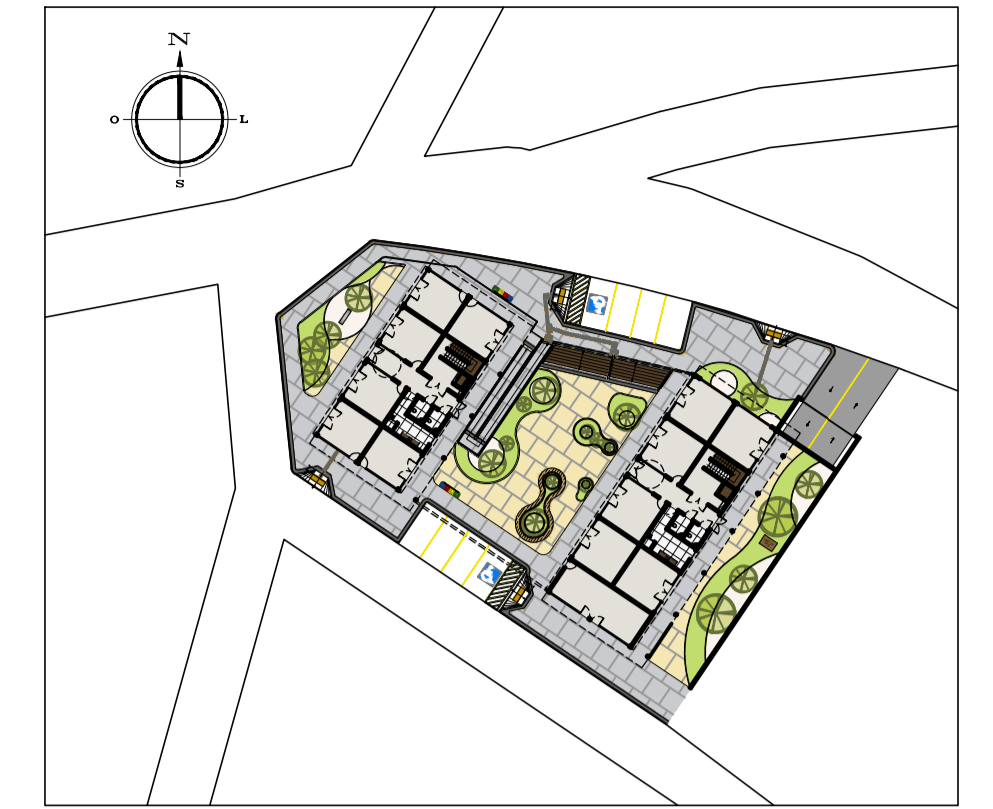
Projeto		Edifícios de uso misto - Comercial e Residencial (Habitação Social)
Localização		Rua Morro do Careca, 389 - Ponta Negra, Natal - RN
Autora do Projeto		Marília de Souza Veleda
Orientadora		Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno
Co-orientadora		Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato
Instituição		Universidade da Beira Interior
Assunto	Planta Baixa_Subsolo	Desenho
Escala	Indicada	01
Data	Set / 2023	



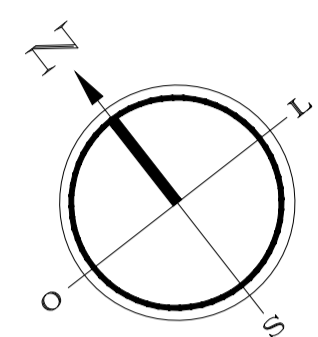
Projeto		Edifícios de uso misto - Comercial e Residencial (Habitação Social)
Localização		Rua Morro do Careca, 389 - Ponta Negra, Natal - RN
Autora do Projeto		Marília de Souza Veleda
Orientadora		Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno
Co-orientadora		Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato
Instituição		Universidade da Beira Interior
Assunto	Layout_Pav.Térreo e Planta de Situação.	Desenho
Escala	Indicada	02
Data	Set / 2023	



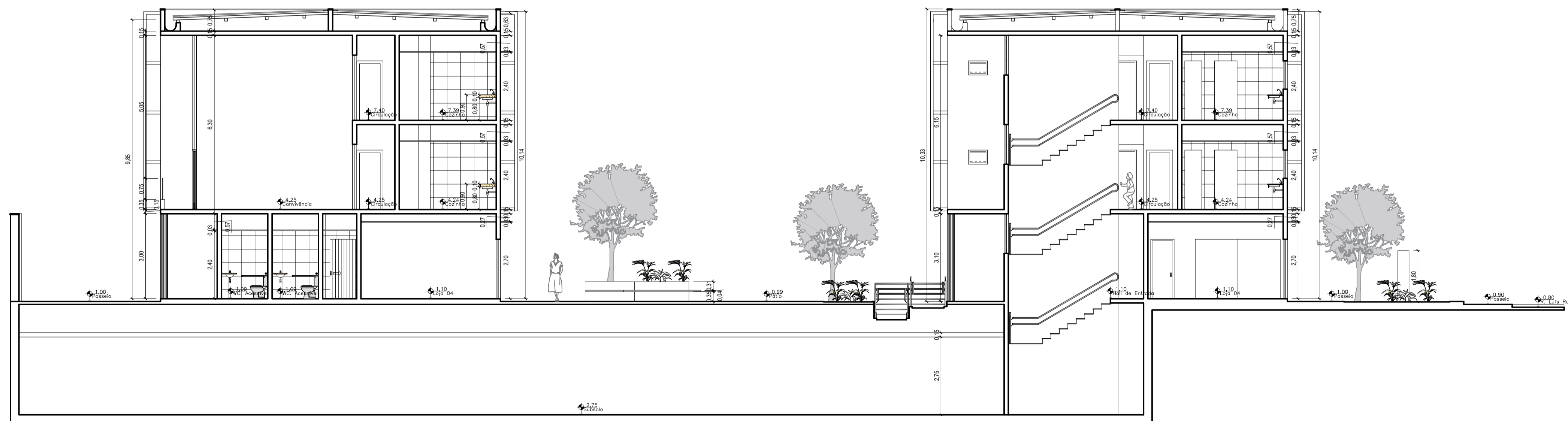
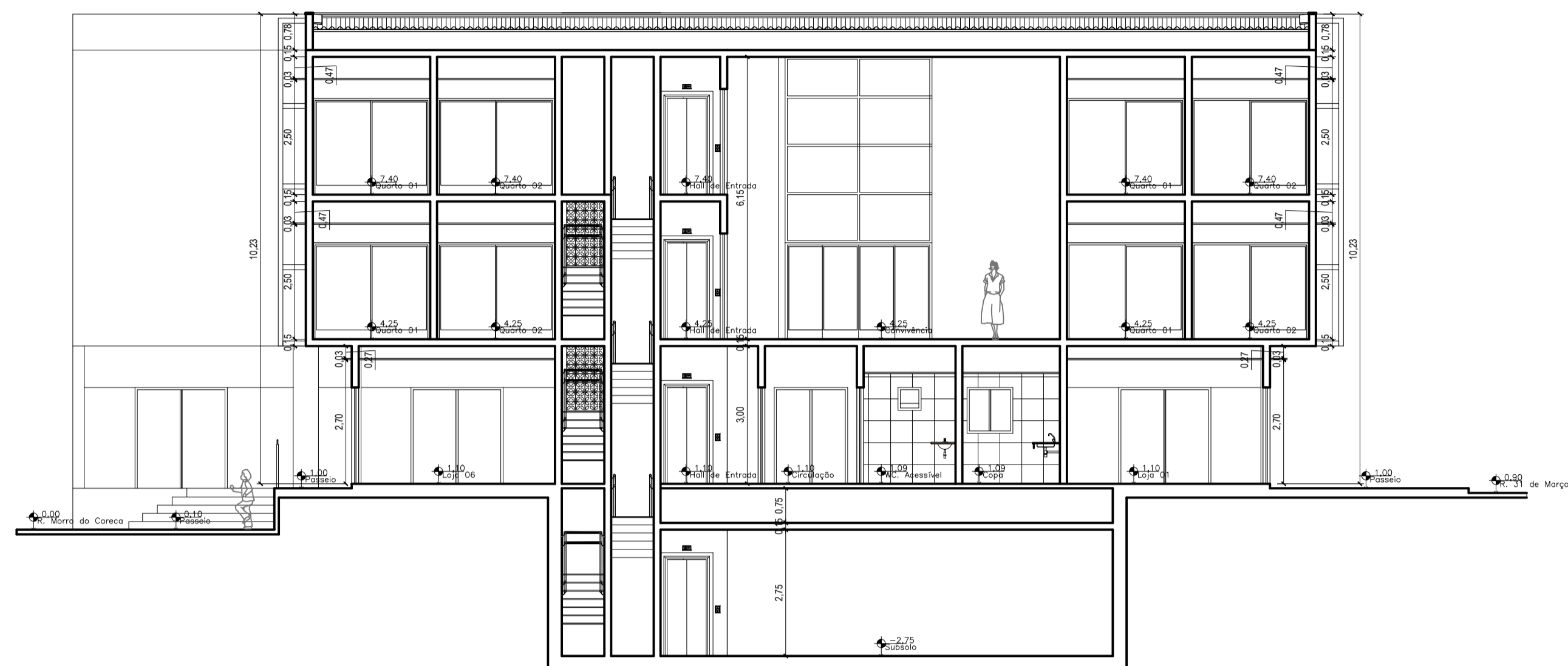
Projeto		Edifícios de uso misto - Comercial e Residencial (Habitação Social)
Localização		Rua Morro do Careca, 389 - Ponta Negra, Natal - RN
Autora do Projeto		Marília de Souza Veleda
Orientadora		Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno
Co-orientadora		Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato
Instituição		Universidade da Beira Interior
Assunto	Layout_Pav.01 e Planta de Situação.	Desenho
Escala	Indicada	03
Data	Set / 2023	



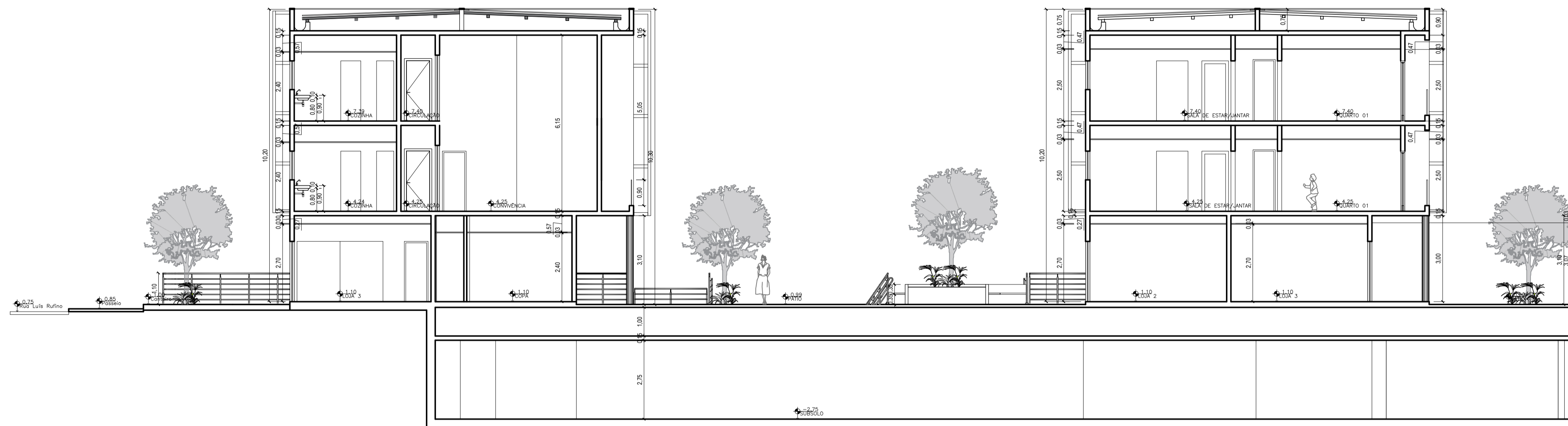
Projeto		
Edifícios de uso misto - Comercial e Residencial (Habitação Social)		
Localização		
Rua Morro do Careca, 389 - Ponta Negra, Natal - RN		
Autora do Projeto		
Marília de Souza Veleda		
Orientadora		
Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno		
Co-orientadora		
Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato		
Instituição		
Universidade da Beira Interior		
Assunto		Desenho
Planta de Cobertura e Planta de Situação		04
Escala	Data	
Indicada	Set / 2023	



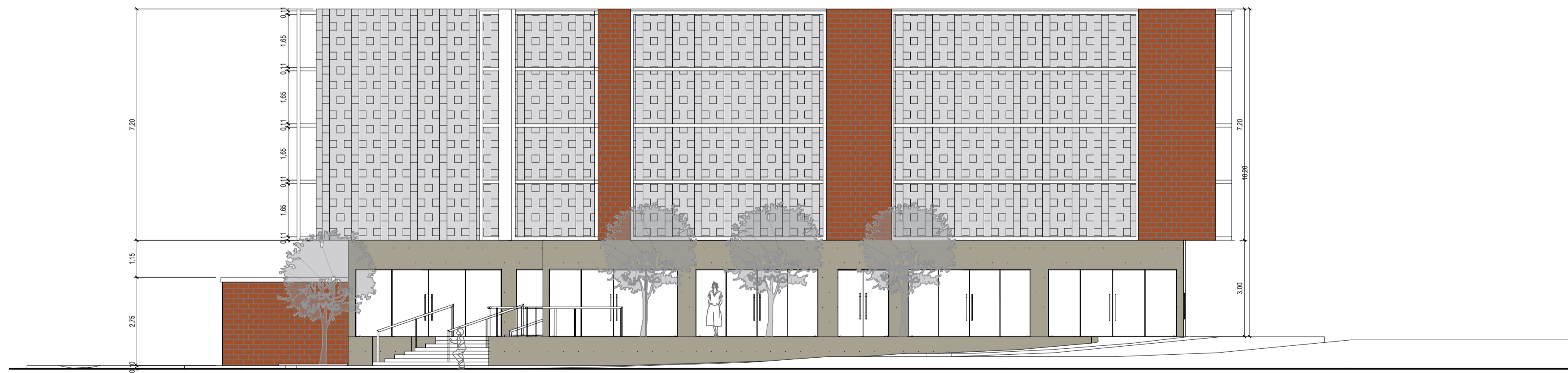
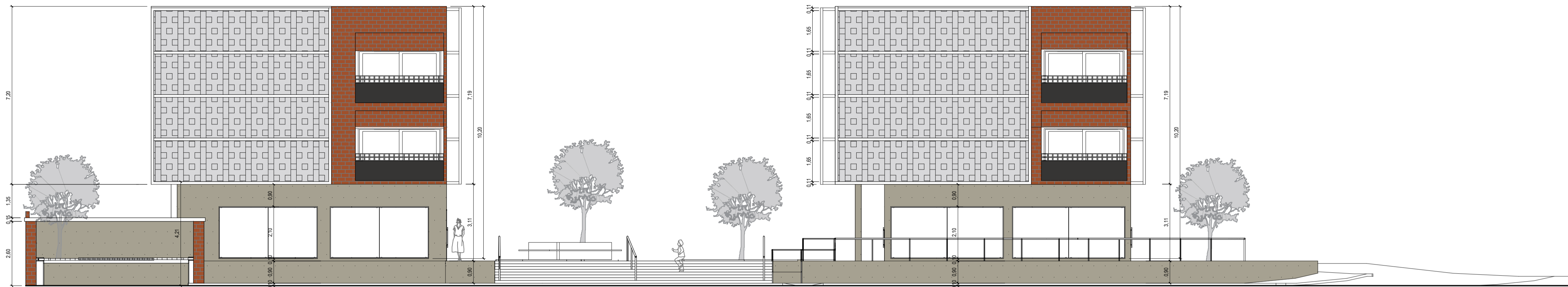
Projeto		Edifícios de uso misto - Comercial e Residencial (Habitação Social)
Localização		Rua Morro do Careca, 389 - Ponta Negra, Natal - RN
Autora do Projeto		Marília de Souza Veleda
Orientadora		Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno
Co-orientadora		Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato
Instituição		Universidade da Beira Interior
Assunto	Layout_Pav.02 e Planta de Situação.	Desenho
Escala	Indicada	05
Data	Set / 2023	



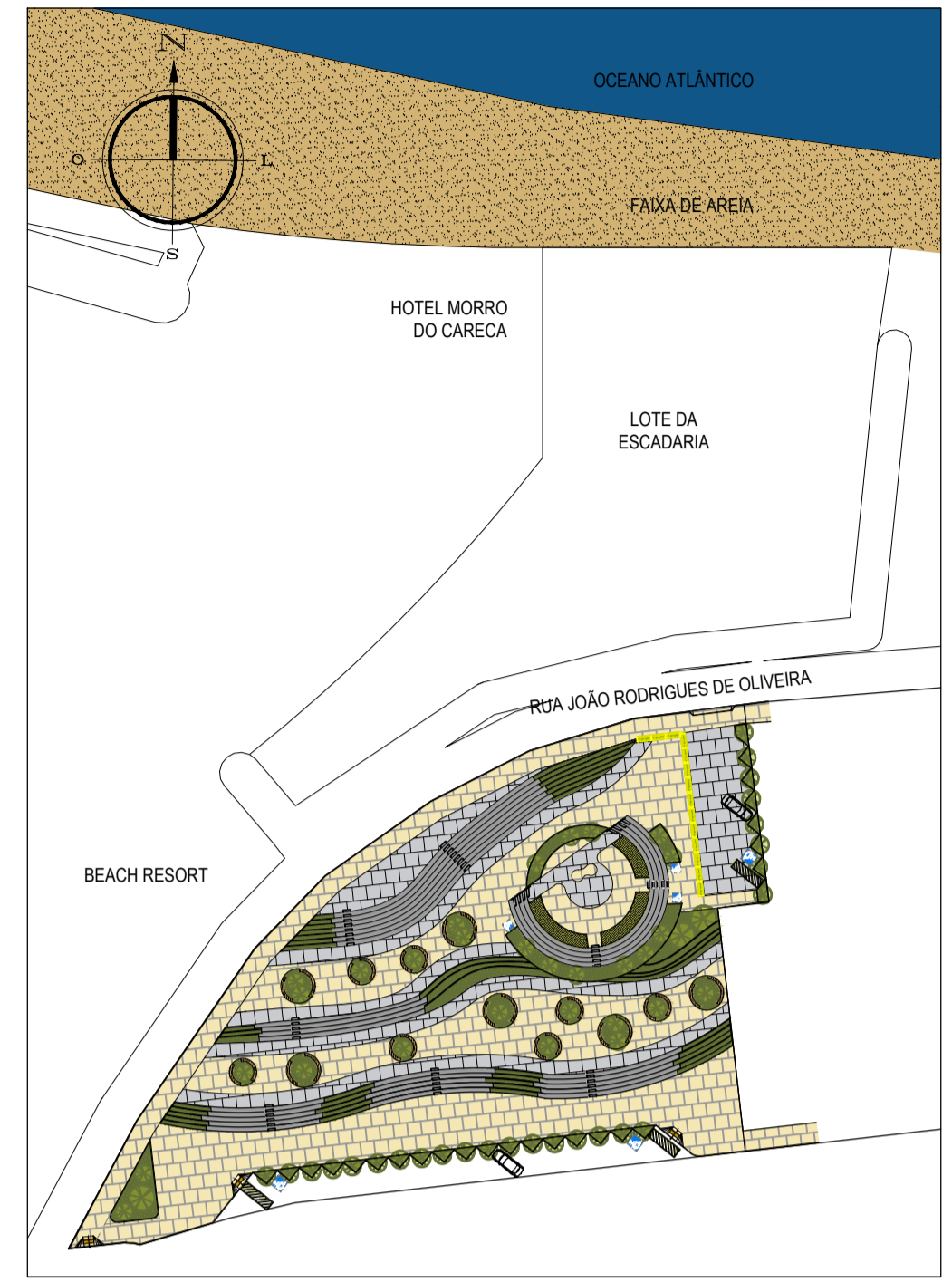
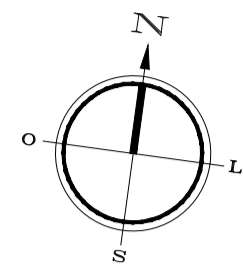
Projeto		Edifícios de uso misto - Comercial e Residencial (Habitação Social)
Localização		Rua Morro do Careca, 389 - Ponta Negra, Natal - RN
Autora do Projeto		Marília de Souza Veleda
Orientadora		Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno
Co-orientadora		Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato
Instituição		Universidade da Beira Interior
Assunto	Corte AA e Corte BB	
Escala	Data	Desenho 06
Indicada	Set / 2023	



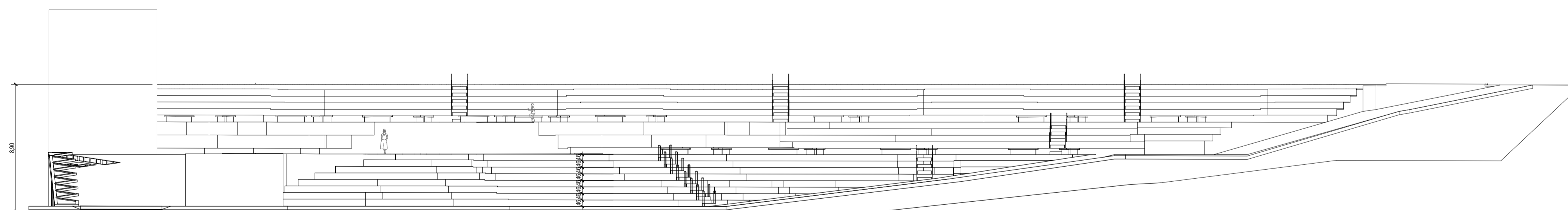
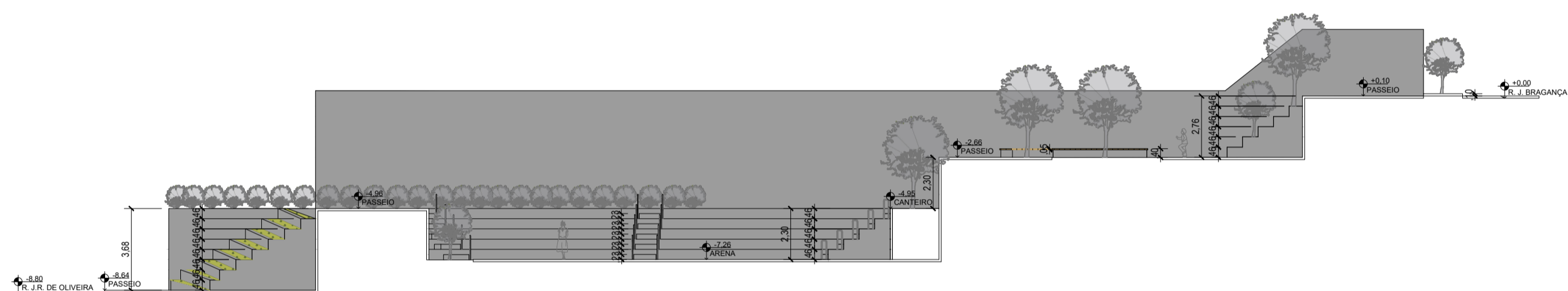
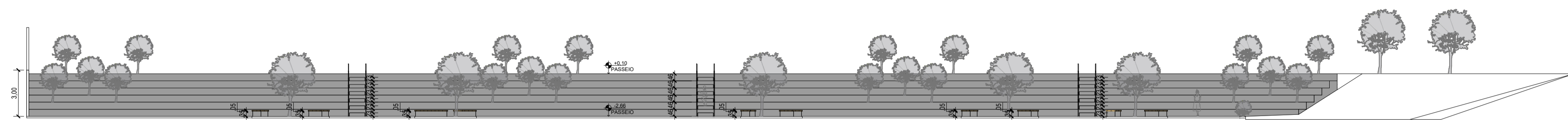
Projeto		Edifícios de uso misto - Comercial e Residencial (Habitação Social)
Localização		Rua Morro do Careca, 389 - Ponta Negra, Natal - RN
Autora do Projeto		Marília de Souza Veleda
Orientadora		Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno
Co-orientadora		Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato
Instituição		Universidade da Beira Interior
Assunto		Corte CC e Corte DD
Escala		07
Indicada	Data	Set / 2023



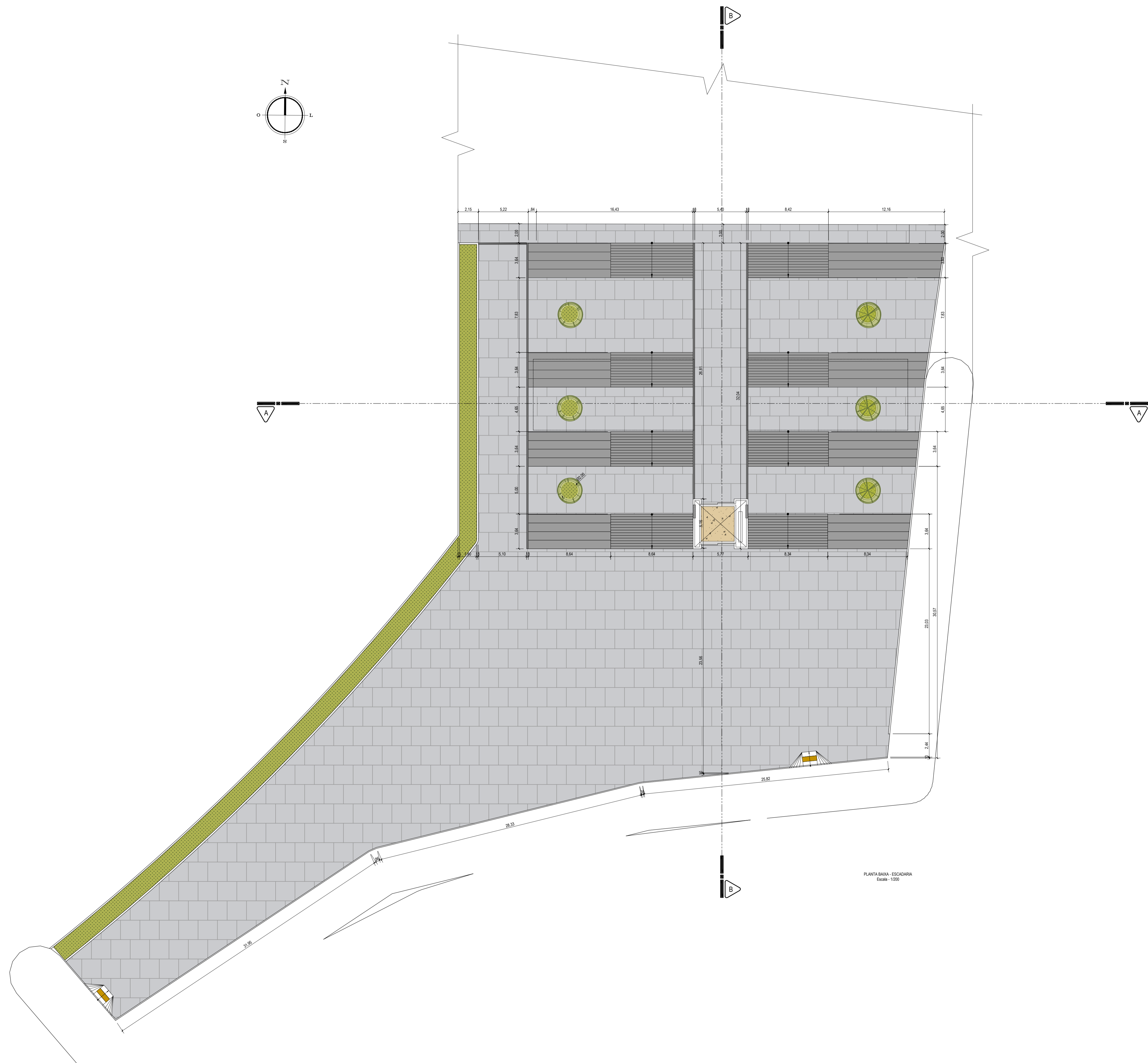
Projeto		Edifícios de uso misto - Comercial e Residencial (Habitação Social)
Localização		Rua Morro do Careca, 389 - Ponta Negra, Natal - RN
Autora do Projeto		Marília de Souza Veleda
Orientadora		Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno
Co-orientadora		Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato
Instituição		Universidade da Beira Interior
Assunto		Fachada Norte e Fachada Oeste
Escala		08
Indicada	Data	Set / 2023



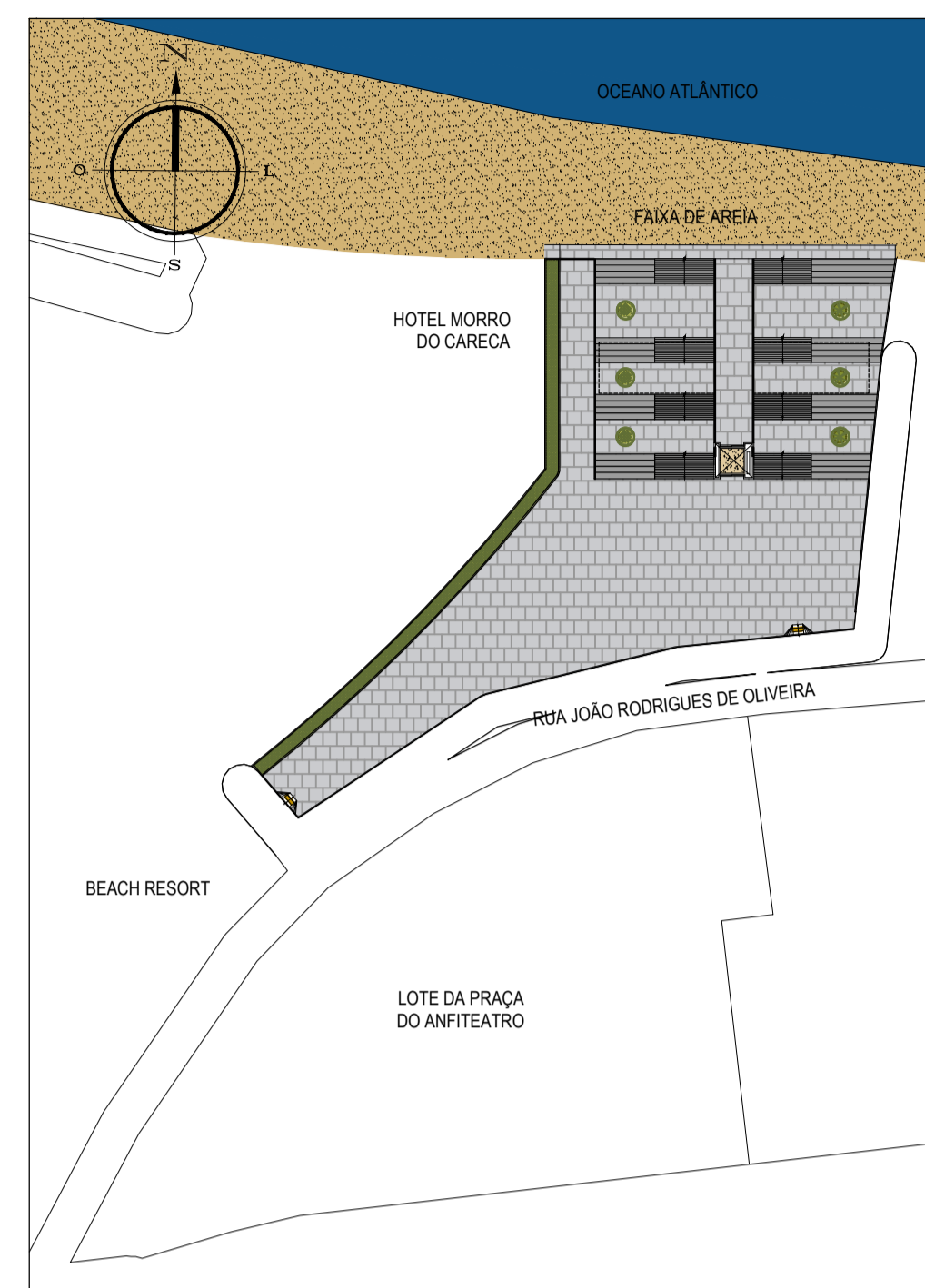
Projeto		
Praça do Anfiteatro - Ponta Negra		
Localização		
Rua José Bragança, 9036 - Ponta Negra, Natal - RN CEP.: 59090-220		
Autora do Projeto		
Marília de Souza Veleda		
Orientadora		
Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno		
Co-orientadora		
Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato		
Instituição		
Universidade da Beira Interior		
Assunto		Desenho
Planta Baixa e Planta de Situação		10
Escala	Data	
Indicada	Set / 2023	



Projeto		Praça do Anfiteatro - Ponta Negra
Localização		Rua José Bragança, 9036 - Ponta Negra, Natal - RN CEP.: 59090-220
Autora do Projeto		Marília de Souza Veleda
Orientadora		Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno
Co-orientadora		Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato
Instituição		Universidade da Beira Interior
Assunto	Corte AA; Corte BB e Fachada Norte.	Desenho
Escala	Indicada	11
Data	Set / 2023	

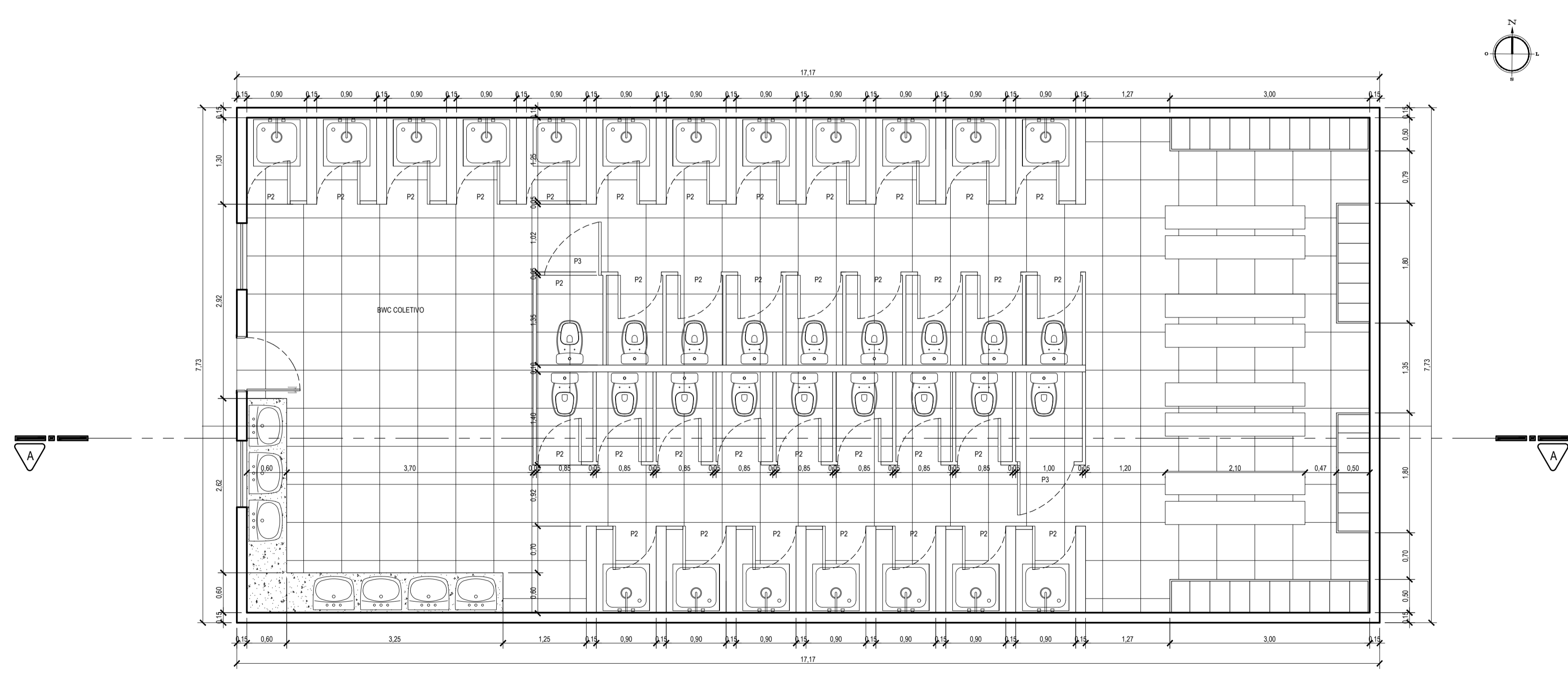
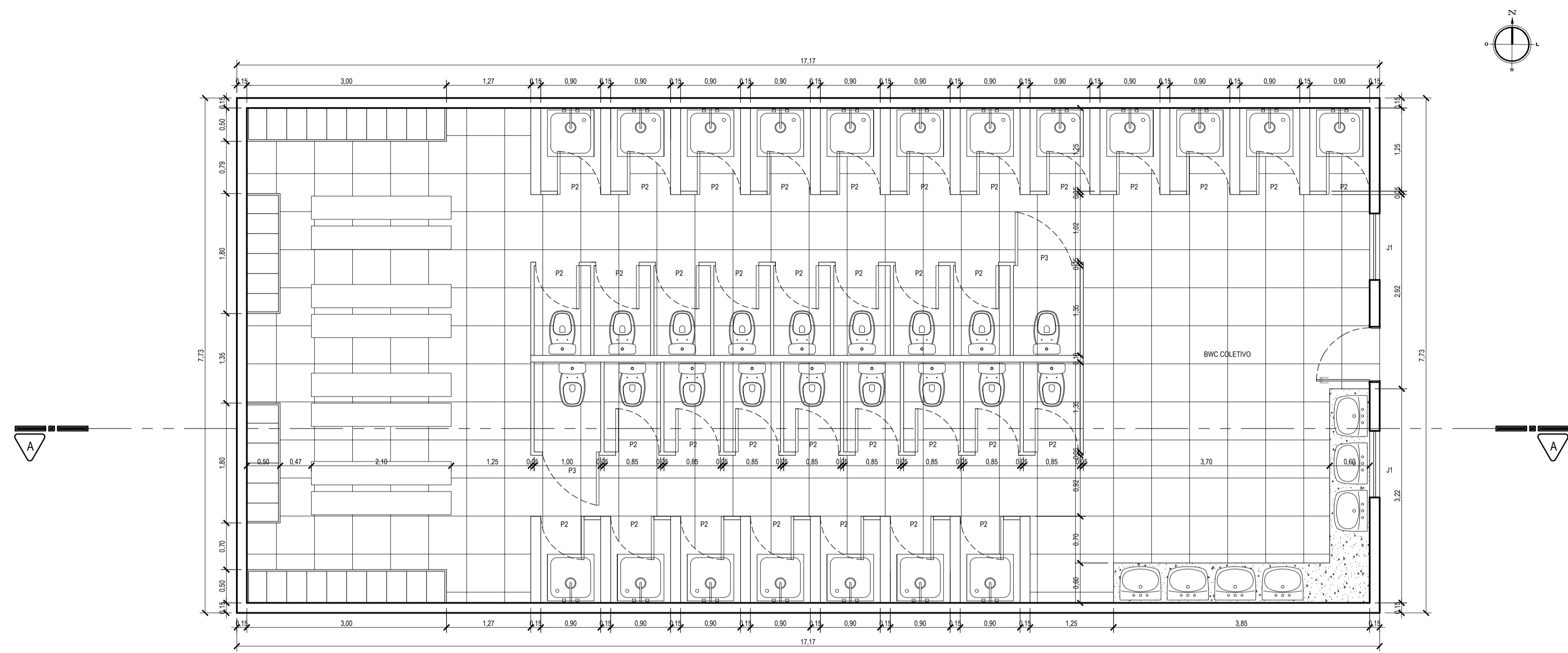


PLANTA BAIXA - ESCADARIA
Escala - 1:200



PLANTA DE SITUAÇÃO
Escala - 1:1000

Projeto		Escadaria da Praia de Ponta Negra
Localização		Rua João Rodrigues de Oliveira - Ponta Negra, Natal - RN CEP.: 59090-210
Autora do Projeto		Marília de Souza Veleda
Orientadora		Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno
Co-orientadora		Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato
Instituição		Universidade da Beira Interior
Assunto	Desenho	
Planta Baixa - Escadaria e Planta de Situação.		13
Escala	Data	
Indicada	Set / 2023	



Projeto		Escadaria da Praia de Ponta Negra
Localização		Rua João Rodrigues de Oliveira - Ponta Negra, Natal - RN CEP.: 59090-210
Autora do Projeto		Marília de Souza Veleda
Orientadora		Profª. Doutora Ana Maria Tavares Martins Nepumuceno
Co-orientadora		Profª. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato
Instituição		Universidade da Beira Interior
Assunto	Planta Baixa - BWC'S Coletivos - Masculino e Feminino.	Desenho
Escala	Indicada	15
Data	Set / 2023	